

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**THAIS HELENA DOS REIS MOURA**

**OS DIREITOS SOCIAIS DA MULHER AO TRABALHO E A REFORMA  
TRABALHISTA**

**CURITIBA**

**2018**

THAIS HELENA DOS REIS MOURA

OS DIREITOS SOCIAIS DA MULHER AO TRABALHO E A REFORMA  
TRABALHISTA

Monografia apresentada como requisito parcial  
para a conclusão da graduação em Direito, Setor de  
Ciências Jurídicas, Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eneida Desiree Salgado.

CURITIBA

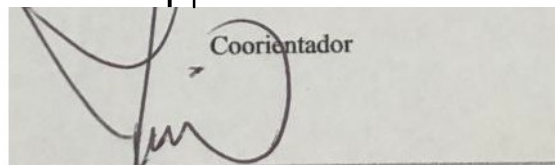
2018

## TERMO DE APROVAÇÃO

THAIS HELENA DOS REIS MOURA

**Os direitos sociais da mulher ao trabalho e a reforma trabalhista**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

  
*ENEIDA DESJREE SALGADO*  
Orientador  
Coorientador  
*SIDNEI MACHADO - Núcleo de Prática Jurídica*  
Primeiro Membro  
*LETÍCIA KREUZ*  
Segundo Membro

*À dona Lina, a mulher mais incrível que já conheci,  
negra, pequena empreendedora, artesã, mãe de  
5 filhos. Minha vó.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo desses cinco anos dentro do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná foram inúmeras as pessoas que me auxiliaram para que eu pudesse concretizar esse sonho. Professores, colegas e amigos pessoas que me fizeram construir um novo olhar sobre a realidade, seja ela jurídica ou concreta. Ainda, é preciso lembrar daqueles que sempre estiveram presentes e assim permaneceram, me acompanhando ao longo dessa caminhada. Minha história é também um pouquinho desses que falarei aqui.

Agradeço ao meu pai, Luiz Cláudio, e à minha mãe, Tânia Regina, que me proporcionaram uma boa formação, acompanharam em meus desafios e indicaram os princípios e valores para que eu me tornasse o que sou. Vocês são os coadjuvantes não apenas desse trabalho, mas de toda a minha vida. Às minhas irmãs, Luise e Bruna, que me ensinaram o que é amor fraterno e a importância do cuidado e da partilha das coisas. Obrigada por me fazerem uma pessoa melhor, amo muito vocês! Ao meu namorado Caio, amigo e companheiro, por compartilhar ensinamentos sobre amor e direito. Você foi o presente mais doce e especial que a Santos Andrade me deu.

Às minhas avós, Joselina e Lucila, mulheres ímpares que sempre me acolheram e cuidaram. Ao meu avô, Ildemar, um dos homens mais generosos que já conheci, dono dos melhores conselhos e uma das minhas companhias favoritas. À Roseli, minha segunda mãe, que cuida, ouve e me aconselha. Seu auxílio é fundamental para minha trajetória, muito obrigada por tudo. Aos meus padrinhos, Lucimara e José, que mesmo distantes se fazem presentes e são os melhores do mundo. Ao Marcelo, que é praticamente um irmão para mim. À todos meus primos e primas, em especial à minha prima, Carol Yumi, que me ajudou muito para que eu pudesse entrar dentro dessa Universidade e também ampliou meus horizontes.

Às amigas de turma, Karina Meirelles, Thais Maciel, Rafaella Fácio e Vanise Dias, vocês foram meus grandes tesouros. Sem vocês a faculdade não teria o brilho que teve, obrigada pelos conselhos, pelos exemplos (vocês são pessoas admiráveis) e por me apoiarem nesses cinco anos, tanto no meio acadêmico/

profissional como no ambiente pessoal. Não tenho como descrever a importância de vocês. Faço um agradecimento especial, à Karina que, pacientemente, leu as páginas aqui escritas e sempre me apoiou, ajudou e incentivou. Às amigas e colegas que o Direito UFPR proporcionou, cito entre elas a Priscilla Bartolomeu, Sophie Medeiros, Bianca Machado e Gabriela Varela.

À minha “marida” Maria José, por ser um ser de luz na minha vida em todos os momentos. Não sei colocar em palavras minha gratidão por você. Aos anjos que o cursinho me deu Thalita, Anne Broska, Patrícia Godoy, Lorayne Matiusso, nosso grupinho do “Posi para vida” é uma das minhas maiores alegrias, eu amo demais cada uma de vocês. À Thais Ciesielski, Bruna Duarte, Vitória Momo e a Lizandra Kliemann, que mesmo longe estão sempre guardadas no coração. Também à Raquel Santana, não mais do cursinho mas presente que o curso de Produção Cênica meu deu, amiga muito especial, sempre ouvinte e conselheira.

Às minhas amigas mais antigas, Tuani de Oliveira Bueno, que sempre foi praticamente uma irmã mais velha e sempre esteve presente. Aqui acrescento Giseli, Luiza e Laura meu combo mais lindo da vida. À querida Annelise Corrêa, por estar comigo desde o jardim, acompanhar e respeitar todas minhas mudanças e por contribuir imensamente a minha vida. E à minha maravilhosa Bárbara por compartilhar comigo todos os anseios e os sonhos, sempre desafiando a me desconstruir e me emancipar. À Leidielly e Jaque, que fizeram de uma companhia de treinos uma amizade linda.

Agradeço, também, às duas mulheres que marcaram minha graduação com seus ensinamentos e críticas a respeito do que é o (não) direito. À professora Katya Kozicki, que me deu a oportunidade de exercer a atividade de iniciação à docência. Aqui, também, cabe um agradecimento especial à turma Nilce de Souza Magalhães, por me ensinarem muito mais do que eu me tentei passar. Ter sido monitora dessa turma mudou meu olhar a respeito do direito. À professora Eneida Desiree Salgado, minha orientadora e tutora do grupo PET- DIREITO, por fazer despertar em mim não só o interesse pela pesquisa acadêmica, mas também por auxiliar durante o processo desse trabalho, pela disponibilidade em ajudar e pela compreensão com minhas dificuldades.

Por fim, agradeço ao grupo PET- DIREITO, por me proporcionar o primeiro contato com a pesquisa e por me estimular a conhecer os diversos temas dentro do direito, e ao Núcleo Discente de Direito do Trabalho - NUDT, por me permitir um contato mais próximo com o direito do trabalho.

*Deus fez primeiro o homem  
A mulher nasceu depois  
Por isso é que a mulher  
Trabalha sempre pelos dois  
Homem acaba de chegar, tá com fome  
A mulher tem que olhar pelo homem  
E é deitada, em pé, mulher tem é que trabalhar  
O rico acorda tarde, já começa resmungar  
O pobre acorda cedo, já começa trabalhar  
Vou pedir ao meu Babalorixá  
Pra fazer uma oração pra Xangô  
Pra por pra trabalhar gente que nunca trabalhou*

*Maria Moita - Composição: Carlos Lyra e Vinícius de Moraes.*



## **RESUMO**

O trabalho analisa as principais reivindicações femininas que envolvem os direitos sociais da mulher, principalmente o trabalho ante a aprovação da denominada Reforma Trabalhista. Por intermédio do levantamento bibliográfico e da análise de dados estatísticos procura-se dar voz à luta feminina com ressalvas aos aspectos decorrentes de classe e de raça. Trata de temas como a divisão sexual do trabalho, a dupla jornada de trabalho das mulheres, as consequências da maternidade no ingresso e na manutenção feminina dentro do mercado de trabalho, a precarização da trabalhadora autônoma e a motivação da mulher em preferir trabalhos a tempo parcial. Assim, questiona as mudanças da n° Lei 13.467/2017 relativas à jornada de trabalho, às regras de proteção à mulher e ao seu trabalho, presentes no Capítulo III, Título III da CLT, e na alteração do dispositivo do trabalho autônomo. A partir disso, verifica que a Reforma Trabalhista, instrumento jurídico formulado essencialmente por homens, não se preocupou em refletir sobre o impacto dos novos dispositivos frente à divisão sexual do trabalho. O objetivo final do trabalho é demonstrar que, meio a um sistema patriarcal, a nova Lei trabalhista reforça a manutenção às desigualdades no mercado de trabalho feminino, principalmente às mulheres negras e baixa renda.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho. Direitos sociais. Lei n°. 13.467/2017. Discriminação.

## **ABSTRACT**

The paper analyzes the main female claims that involve women's social rights, mainly labour rights faced with the approval of the Brazilian Labour Reform. Through bibliographical research and analysis of statistical data, the aim is to give voice to the female struggles, safeguarding the aspects of class and race. It treats about issues such as the sexual division of labor, the double working journey of women, the consequences of maternity on getting a new occupation, female maintenance within the labour market, the precariousness of the self-employed woman, and the motivation of women to prefer part-time jobs. Thus, this work questions the modifications brought by Law nº. 13.467/2017 regarding the working journey; the rules for protection of women and their work, which are presented in Chapter III, Title III of the Labor Laws Consolidation; and in the amendment of the autonomous working arrangements. Therefore, the present work finds that the Labour Reform, a legal instrument formulated mainly by men, did not bother to reflect on the impact of new regulations to the sexual division of labour. The final objective of the paper is to demonstrate that, inside a patriarchal system, the Labor Law reinforces the maintenance of an unequal labour market, especially in prejudice for black and poor women.

Keywords: Women. Labour. Social rights. Law nº. 13.467/2017. Discrimination.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>FEMINISMO, DIREITOS SOCIAIS E TRABALHO</b>	<b>15</b>
2.1	A voz é dela: uma perspectiva feminista de sua inserção ao trabalho.....	15
2.2	Os direitos sociais ao trabalho e a mulher na Constituição de 1988.....	22
2.3	A imbricação das formas de poder e a mulher no ambiente de trabalho.....	28
<b>3</b>	<b>REIVINDICAÇÕES IMPORTANTES PARA ENTENDER O MERCADO DE TRABALHO E A MULHER.</b>	<b>36</b>
3.1.	Duas vezes trabalho: a divisão sexual laboral e a jornada feminina .....	36
3.2.	A mulher de hoje e a maternidade.....	44
3.3.	Carteira de trabalho para quem? Desigualdades no mercado laboral .....	50
<b>4</b>	<b>O CONTEXTO DA REFORMA TRABALHISTA PARA AS MULHERES: MAIS DO MESMO OU DISCRIMINAÇÃO INDIRETA?</b>	<b>58</b>
4.1.	A flexibilidade laboral.....	58
4.2.	A jornada de trabalho da mulher e a reforma .....	65
4.3.	Alterações sobre a proteção ao trabalho da mulher e a obreira autônoma .....	72
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>79</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Feminism isn’t about making women strong. Women are already strong. It’s about changing the way the world perceives that strength.” <sup>1</sup>

Depois de uma década de progresso lento, mas contínuo, em direção à igualdade de gênero, em 2017 o Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) mostrou aumento das disparidades entre homens e mulheres no planeta.<sup>2</sup> Dentro do *Relatório da Desigualdade Global de Gênero 2017* constatou-se também a queda do Brasil no ranking<sup>3</sup>, que figurou em 90º lugar, no qual no ano anterior havia ficado em 79º lugar. Em 2015, o Brasil obteve a 85ª posição. Na primeira edição da pesquisa, feita em 2006, estava em 67º. A análise realizada pelo estudo possui quatro pilares principais: participação econômica e oportunidade; desempenho educacional; saúde e sobrevivência; e empoderamento político. O maior déficit de participação das brasileiras é constatado dentro da representação política, e depois na baixa salarial.

A exposição desses dados, assim como o debate teórico proveniente do ativismo feminista, evidencia que a realidade de fato vivenciada pelas mulheres, no mundo e no Brasil, é marcada pela disparidade entre os sexos. Em que pese o artigo 5º, I da Constituição Federal tenha positivado a igualdade entre homens e mulheres, conferindo a ambos direitos como o voto, a propriedade e o divórcio, ainda existem circunstâncias que apontam para a existência de uma discriminação ao gênero feminino, por exemplo quanto à atuação política, a autonomia sexual, as responsabilidades do lar e a posição no mercado de trabalho. Dentre as desigualdades experimentadas pelo pelas mulheres, destaca-se as disparidades provenientes das relações laborais, resultadas de um mercado de trabalho que durante muito tempo enxergou esse espaço como um lugar masculino.

Para além da questão de gênero, no contexto da globalização e do neoliberalismo, o novo trabalhador favorito do “capitalismo flexível” é maleável e têm

<sup>1</sup> G.D Anderson, via Tumblr.

<sup>2</sup> “**Global Gender Gap Report 2017**”. 2017. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/>>. Acesso em: 15 Fev.2018.

<sup>3</sup> **Global Gender Gap Report 2017- Brazil**”. 2017. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/dataexplorer/#economy=BRA>>. Acesso em: 15 Fev.2018.

a rebeldia da sua força de trabalho transformada em completa obediência. Observa-se que a mão de obra ideal para ser contratada na nova face capitalista, seja ela homem ou mulher, é jovem, sem identidade de classe ou envolvimento sindical e com cláusulas explícitas de quebra de contrato em caso de greve.<sup>4</sup>

Deste modo, a nova classe trabalhadora ajustada às recentes demandas de valorização de capital labuta entre 8 e 14 horas por dia e imagina ingenuamente, em muitos casos, que é o patrão de si mesmo. O capital agora despersonalizado torna-se invisível. Jessé Souza afirma que essa é uma vitória brilhante do capitalismo, pois oculta a exploração do trabalho alheio vivo ao passo que dispensa as despesas de controle e vigilância. Não há mais a grande fábrica fordista no novo capitalismo financeiro, mas transforma-se o mundo em uma fábrica “com filiais em cada esquina, sem lutas de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital.”<sup>5</sup>

Contrapondo-se a esse contexto, a Constituição de 1988 e seu projeto progressista, social e democrático ocasionou um tensionamento das necessidades do mercado com o princípio da dignidade da pessoa humana. Contudo, após o golpe parlamentar<sup>6</sup> de 2016 e a reconfiguração política do Congresso Nacional e do Poder Executivo tal tensão pendeu para a adoção de medidas que atentam contra a proteção ao trabalho delineada constitucionalmente<sup>7</sup>.

Em meio à crise econômica do Brasil, a reforma das normas trabalhistas, aprovada pela Lei nº 13.467/2017, trouxe consigo a promessa de modernização nas relações entre patrões e empregados, assim como, de aumentar condições de empregabilidade no cenário nacional. Dentre as medidas adotadas, dois pilares

<sup>4</sup> SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros : nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed rev. e ampl. / Jessé Souza ; colaboradores Brand Arenari... [et al.]. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012. 404 p. – (Humanitas). p. 37-38

<sup>5</sup> SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros : nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed rev. e ampl. / Jessé Souza ; colaboradores Brand Arenari... [et al.]. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012. 404 p. – (Humanitas). p. 56-57.

<sup>6</sup> O impeachment é processo jurídico-político no sistema legal brasileiro. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado, no qual parlamentares instituíram um processo de destituição contra a presidente sob o pretexto de irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas. A perda de apoio político não justifica o afastamento temporário ou definitivo de um Presidente da República eleito.

<sup>7</sup> Na Constituição de 1998, além do princípio da dignidade da pessoa humana, existem também outros que asseguram essa proteção como o princípio do valor social do trabalho ( artigo 1º), a expressa natureza progressiva da condições sociais de trabalho (artigo 7º, caput), a garantia de um ambiente saudável de trabalho (artigo 7º), e o funcionamento da ordem econômica pautada pela valorização do trabalho humano e pela redução das desigualdades sociais (artigo 170, VIII).

aparecem como aspectos centrais: o primeiro é a liberação da terceirização de atividades-fim, por meio da PLC n° 30/2015 (anterior PL n° 4330)<sup>8</sup>, e o segundo é a prevalência do negociado sobre o legislado, sustentada já antes da Reforma nos Projetos de Lei n° 4193/2012 e 4962/2016.<sup>9</sup>

Ainda sobre a conjuntura pós 2016, sobressaem os cortes orçamentários na Justiça do Trabalho, o congelamento dos gastos públicos por 20 anos (Emenda Constitucional n° 95/2016), bem como, os cortes em programas sociais e políticas públicas de distribuição de renda, a exemplo do programa “bolsa família”.<sup>10</sup>

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o impacto causado pela reformulação da legislação trabalhista no que tange ao direito social fundamental da mulher ao direito trabalho digno. Para alcançar de maneira adequada as possíveis mudanças decorrentes da chamada Reforma Trabalhista, a pesquisa versará sobre as reivindicações sociais e econômicas enfrentadas pelas mulheres, a falácia da igualdade de gênero e a permanência de uma divisão sexual do trabalho, considerando os privilégios e desvantagens entre elas próprias.<sup>11</sup>

O primeiro capítulo será destinado a apresentar, sob o olhar feminino e com enfoque ao universo laboral, uma perspectiva dos direitos da mulher, que assumem formas diferentes segundo a posição de classe e raça das mulheres. Para isso, o primeiro tópico, por intermédio do ponto de vista feminista, tratará sobre o seu ingresso ao mercado de trabalho, suas conquistas e lacunas mais problemáticas advindas da divisão sexual do trabalho. Em seguida, se traçará um panorama do direito social conquistado pelas mulheres na contemporaneidade, principalmente com a

<sup>8</sup> Em 30 de agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 decidiu por maioria dos votos (7 a 4) pela constitucionalidade da terceirização de todas as etapas do processo produtivo das empresas. O julgado tornou inconstitucional trechos da súmula 331 do TST que entendia a terceirização na atividade-fim da empresa ilegal, sendo excepcionalmente permitida no caso do trabalho temporário; serviços de vigilância; serviços de conservação e limpeza; e serviços especializados, ligados à atividade-meio do tomador do serviço. Desta forma, o Supremo deu provimento ao recurso com repercussão geral reconhecida a fim de reformar sentença que havia condenado uma empresa com base no enunciado do TST. No entendimento da maioria, o fato da empresa tomadora do serviço ter responsabilidade subsidiária em relação ao empregado garante a proteção trabalhista e está assegurada pelo princípio da livre iniciativa, que para o STF não permite a imposição de restrições para empresas na forma de contratação de seus trabalhadores.

<sup>9</sup> ARAUJO, Maurício Azevedo de. DUTRA, Renata Queiroz. JESUS, Selma Cristina Silva de. **Neoliberalismo e Flexibilização da Legislação Trabalhista no Brasil e na França**. Cadernos do CEAS, Salvador/ Recife, n.246, p.558.581, set./dez., 2017 | ISSN 2447-861X p. 564- 566

<sup>10</sup> ARAUJO, Maurício Azevedo de. DUTRA, Renata Queiroz. JESUS, Selma Cristina Silva de. **Neoliberalismo e Flexibilização da Legislação Trabalhista no Brasil e na França**. Cadernos do CEAS, Salvador/ Recife, n.246, p.558.581, set./dez., 2017 | ISSN 2447-861X p. 564- 566.

<sup>11</sup> Esse conceito será explicado adiante no capítulo 2.

Constituição de 1988, que normatiza a equiparação entre homens e mulheres em direito e obrigações. Almeja-se uma visão geral do cenário por detrás do direito social ao trabalho da mulher, no âmbito constitucional e trabalhista. O fechamento da primeira parte tem como escopo mostrar que a hierarquia de gênero caminha conjuntamente a outras opressões sociais, classe e raça, de maneira articulada e também sobreposta. Questionar os obstáculos femininos na relação laboral requer o conhecimento de que, ainda que presentes para todas as mulheres, os desafios operam de forma diferente entre as mulheres.<sup>12</sup>

O segundo capítulo abordará três reivindicações de extrema importância para compreensão da mulher dentro mundo laboral hoje no Brasil. Para tanto, o primeiro tópico tratará sobre um panorama das diferenças frutos da divisão sexual do trabalho, que naturaliza o trabalho produtivo como obrigação masculina e o trabalho reprodutivo como responsabilidade feminina. A intenção é verificar se existe de fato uma dupla jornada da mulher e como é feita a distribuição de horas trabalhadas entre os gêneros, para demonstrar as imposições e lutas diárias inerentes à questão feminina. Ato contínuo, segue-se para discussão do papel feminino em tornar-se mãe e as implicações dessa escolha para seu ingresso e manutenção no mercado de trabalho. Por fim, busca-se mostrar o cenário do mercado de trabalho, a participação economicamente ativa da mulher, o nível de escolaridade, a taxa de desemprego, diferença de salário, empreendedorismo feminino, entre outros dados e informações que demonstram perspectivas sociais e de emprego da mulher.

O terceiro capítulo será destinado para o clareamento da conjuntura das relações laborais em meio à aprovação da Lei nº13.467/2017, bem como algumas elucidações a respeito das mudanças que teriam um maior impacto para os direitos trabalhistas femininos. Desta via, procura-se demonstrar a contextualização e a flexibilidade exigida para a trabalhadora moderna. Para depois compreender adequadamente as alterações, especialmente no que tange à jornada de trabalho, ao capítulo da proteção da mulher e à trabalhadora autônoma, assuntos tocados pela questão de gênero justamente pela fragilidade feminina frente à reprodução dos papéis de cada sexo.

---

<sup>12</sup> Cabe alertar que esse trabalho não abrange as particularidades do grupo de mulheres trans pela sua complexidade própria que se soma às discriminações sofridas pelas mulheres cis.

## 2 FEMINISMO, DIREITOS SOCIAIS E TRABALHO

“Você só consegue entender uma pessoa de verdade quando vê as coisas do ponto de vista dela.”<sup>13</sup>

Ter compreensão a respeito de um ordenamento ou norma jurídica requer conhecer os filtros ideológicos e o contexto de criação dessa lei. Por isso, antes de tratar dos dispositivos criados pela Reforma Trabalhista e seus impactos nos direitos sociais da mulher, é preciso observar a história da luta feminina e a alteridade do legislador (ou falta dela) na aprovação da Lei nº13.467/2017. Além disso, sabendo que o trabalho representa muitas das percepções do papel tanto da mulher quanto do homem, este capítulo trata, sob a perspectiva do feminismo, o que significou e como ocorreu a entrada da mulher ao mercado de trabalho. Depois, busca contextualizar os direitos sociais femininos conquistados com a Constituição de 1998 e, também, alerta para a consubstancialidade entre a questão de gênero, classe e raça.

### 2.1 A VOZ É DELA: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA DE SUA INSERÇÃO AO TRABALHO.

O Direito é produzido por meio de regras jurídicas que se propõem a estabelecer soluções aos conflitos sociais. Todavia, além de descrever os fenômenos sociais, para pensar criticamente o Direito é necessário revelar os aspectos invisíveis de uma realidade que permanece continuamente em movimento.<sup>14</sup> Ademais, a normatividade jurídica é sempre carente de mediação, sendo o hermeneuta e o intérprete responsáveis pela determinação da experiência jurídica na vida real, pois estão essencialmente conectados à prática jurídica.<sup>15</sup>

Desta via, o entendimento correto do Direito, sobretudo no que tange à questão de gênero dentro do universo do trabalho, não pode prescindir de uma adequada contextualização e explicação das nuances presentes ao longo das conquistas

<sup>13</sup> O sol é para todos, Harper Lee.

<sup>14</sup> MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3. edição: Editorial Estampa, Setembro de 2005. P. 21-25.

<sup>15</sup> CUNHA, José Ricardo. **Fundamentos Axiológicos da Hermenêutica Jurídica**. In: Carlos E. de Abreu Boucault; José Rodrigo Rodriguez. (Org.). *Hermenêutica Plural*. 1ed.São Paulo: Martins Fontes, 2002, v. , p. 309-310.



femininas. Com suporte na premissa de que o Direito integra o conflito de interesses de uma realidade pré normativa, não é possível afastar a imbricação dele com a justiça social, pois tal afastamento significa fazer o Direito coincidir com a “cultura” de classe e aos grupos dominantes, ou seja, o Direito se mostra como controle social.<sup>16</sup>

Roberto Lyra Filho ratifica que a construção da lei provém do Estado e, por essa razão, conserva-se atrelada à classe dominante, responsável em compor o repertório ideológico no qual o Direito encontra-se aprisionado.<sup>17</sup> Dessarte, o discurso do Direito é sexista, pois sob uma perspectiva empírica, é edificado e aplicado, majoritariamente, por homens.<sup>18</sup> Um exemplo disso são os números pífios de mulheres compondo a política brasileira divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2014, em que dos 513 deputados federais, apenas 51 são do sexo feminino (9,94% do total); no Senado, elas representam 13 das 81 cadeiras (16%). Em 2016, quando Dilma Rousseff ainda era presidente da República, as mulheres ocupavam 15% dos cargos ministeriais, segundo os dados compilados pelo WEF. No governo interino Temer, ano seguinte, esse número caiu para 4%. O resultado: a participação feminina no alto escalão governamental despencou de 82º para 134º posição no *ranking* mundial de representação feminina na política.<sup>19</sup> Tais dados reiteram que os valores aplicados à realidade jurídica são masculinos, feito por homens e para homens.

Logo, mostra-se substancial compensar o discurso masculinizado sobre as relações laborais, para isso se utiliza como ferramenta a perspectiva feminista. Os aportes das teorias feministas proporcionam elucidações sobre a construção social das diferenças entre os gêneros<sup>20</sup>, portanto, sobre a hierarquia entre homens e mulheres, resultantes da visibilidade nos processos históricos das práticas sociais e políticas das mulheres.<sup>21</sup>

<sup>16</sup> LYRA FILHO, Roberto. **Razões de defesa do Direito**. Brasília: Obreira, 1981. Pg. 18-26.

<sup>17</sup> LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. 11o ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 61.

<sup>18</sup> SMART, Carol. **La teoría feminista y el discurso jurídico**. In: BIRGIN, Haydée (comp.). *El derecho en género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 34-37

<sup>19</sup> “**Global Gender Gap Report 2017**”. 2017. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/dataexplorer/#economy=BRA>>. Acesso em: 15 Fev. 2018.

<sup>20</sup> A construção desse conceito será examinado melhor no ponto 2.3.

<sup>21</sup> MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. In **Estudos Feministas**, 13(3):320, Florianópolis: setembro-dezembro/2005, p. 483-505. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300002>>. Acesso em: 13 Fev. 2018. p.36

Para entender os discursos feministas ao longo da história, é possível demarcar o feminismo em três principais momentos: o primeiro, de caráter sufragista que teve como principal pauta a conquista do direito ao voto, além de reivindicações como os direitos à educação, à propriedade privada, ao ingresso no mercado de trabalho e a independência econômica. O momento seguinte, nos anos de 1960, pós-guerra, teve estímulo do radicalismo da Nova Esquerda, por isso possuiu no capitalismo organizado pelo Estado suas principais críticas, tendo como marco inovador o entrelace entre as três dimensões, sejam quais: a econômica, a cultural e a política, característico da segunda onda do movimento feminista. O terceiro momento, surgiu entre 1980-1990 por intermédio do referencial de identidade, no desenvolvimento de teorias feministas que refutaram as definições de feminilidade e deslocaram o campo de estudo sobre a dicotomia masculino e feminino para o estudo das relações de gênero.<sup>22</sup>

Há também a necessidade de destacar as influências religiosas tanto na sociedade quanto na própria composição do Estado, apesar de sua laicidade. Letícia Regina Camargo Kreuz afirma que o discurso de emancipação da mulher foi embasado em reação à religião e a pensadores, a exemplo de Immanuel Kant, que impunham à ideia de restrição feminina aos cuidados com a casa e a preocupação com a beleza.<sup>23</sup> Observa-se que as crenças e práticas religiosas foram meios de orientação do posicionamento social da mulher, ao passo que a reprodução de discursos antigos na cultura cristã, principalmente no catolicismo, refletiram numa dominação masculina. As mulheres vistas pelo prisma da Igreja católica estão em um papel secundário, submissas ao lar e à maternidade. Assim, vencer as disparidades sociais e, fundamentalmente, jurídicas entre os sexos, requer mais do que a simples separação entre Estado e Igreja: exige a superação de crenças e dogmas.<sup>24</sup>

A posição da mulher na sociedade, voltada ao ambiente doméstico, é questionada por meio da teoria da divisão sexual do trabalho, que bipolariza as tarefas

<sup>22</sup> CIRINO, Samia Moda. **(Des)Construção Da Identidade De Gênero: Inserção Crítica Ao Sujeito Do Feminismo E O Reconhecimento Do Trabalho Da Mulher**. Curitiba. 2017 .p.53-56

<sup>23</sup> KREUZ, Letícia Regina Camargo. **Crime e pecado : o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/42889>>. Acesso em: 17 Jun.2018. p.11- 16.

<sup>24</sup> KREUZ, Letícia Regina Camargo. **Crime e pecado : o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/42889>>. Acesso em: 17 Jun.2018. p.22- 27.

realizadas pelos homens e pelas mulheres da seguinte forma: ao sexo masculino, devido a uma ordem cultural, determina-se o trabalho produtivo na esfera pública, ao passo que ao sexo feminino, em virtude de uma ordem da natureza, designa-se o trabalho reprodutivo realizado no espaço privado. Essa teoria será aprofundada melhor no capítulo 3, no qual será abordada a dupla jornada feminina.<sup>25</sup>

Sobre o início do trabalho assalariado das mulheres no Brasil, Maria Valeria Junho Pena assinala seu surgimento como necessidade conjuntural da economia industrial desenvolvida, que encarava escassez de trabalhadores, envolvendo inclusive crianças a condições degradantes. A função da mão-de-obra feminina era servir a indústria como exército de reserva sob a condição remuneratória muito abaixo do que qualquer cálculo de custo de reprodução, pois a família patriarcal<sup>26</sup> consentia que o trabalho feminino fosse tratado como suplementar.<sup>27</sup> Nessa lógica, o valor de sua força de trabalho é depreciado à medida em que os custos de reprodução são compartilhados por toda a família, permitindo a intensificação da exploração.<sup>28</sup>

Aldacy Coutinho ratifica que o ambiente fabril, início e motivo do surgimento da disciplina Direito do Trabalho, já apresentava a divisão inicial do labor entre homens e mulheres, assentado em uma separação hierárquica de tarefas e atribuições. Em um primeiro momento, essa divisão foi dada por intermédio uma segmentação vertical do trabalho, com menores salários, prestígio e poder de decisão, que fixava uma disposição organizacional inferior ao sexo feminino. Posteriormente, por uma cisão horizontal, pois mesmo quando ambos os sexos exercem a mesma atividade em uma indústria, muito raramente têm o mesmo tipo de tarefas.<sup>29</sup>

<sup>25</sup> ÁVILA, Maria Betânia. FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. Pg.14

<sup>26</sup> O conceito de patriarcado na construção teórica feminista significa o regime da dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, substanciado no controle e no medo, surgindo da relação com o pai e transcendendo essa posição com os outros sujeitos masculinos. KREUZ, Letícia Regina Camargo. **Crime e pecado : o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/42889>>. Acesso em: 17 Jun.2018. p. 38.

<sup>27</sup> PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na Constituição do Sistema Fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 123.

<sup>28</sup> PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na Constituição do Sistema Fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p. 64-65.

<sup>29</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. **Construção das relações de gênero no mercado de trabalho (uma incursão no Brasil Contemporâneo)**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2014. pg. 17

A segunda onda do movimento feminista, pós-guerras, apoiou-se muito na noção de trabalho e, principalmente, ao trabalho doméstico. A crítica ao androcentrismo envolvia justamente o modelo de salário familiar no qual os ganhos da mulher eram suplementares e as atividades domésticas não remuneradas eram designadas às mulheres, além da forte subordinação feminina ao ambiente familiar. Ampliam-se as dimensões de injustiça social com suporte na assimetria econômica, na segmentação de gênero na cultura e no mercado de trabalho, e também nas desigualdades políticas, representadas pelas hierarquias de status e necessidade de participação democrática.<sup>30</sup>

O surgimento do conceito de divisão sexual do trabalho, na terceira onda, alcançou o efetivo reconhecimento da participação das mulheres na sociedade. Tal fato permitiu a ligação entre o serviço doméstico e o labor assalariado, o que ocasiona uma expansão da percepção de trabalho, pois antes o movimento dos trabalhadores centrava-se mais exclusivamente na noção de criação e apropriação de riqueza por parte de uma classe social. A partir da terceira onda feminista houve o reconhecimento de que o ofício assalariado, produto de “valor”<sup>31</sup> e realizado essencialmente pelos homens, não era mais a única figura possível de trabalho. O trabalho doméstico gratuito é somado ao conjunto de todo o trabalho socialmente fornecido e integra o mercado também como figura de exploração, mas de forma diferente e coextensiva sob a noção de apropriação.<sup>32</sup>

Tal entendimento do que é a apropriação, surge paralelamente ao que Colette Guillaumin denomina como relações de sexagem, que são relações de apropriação física direta, base da ideologia que justifica a existência de uma suposta “natureza feminina” que por sua vez é argumento para ocorrência da apropriação feminina pelo sexo masculino. As relações de sexagem resumem as mulheres ao sexo, o que gera a apropriação do corpo, dos produtos do corpo, do tempo e da energia psíquica da

<sup>30</sup> MARIANO, Silvana. Debates Feministas sobre Direito, Justiça e Reconhecimento: uma reflexão a partir do modelo teórico de Nancy Fraser. In **Mediações**, Londrina, v.14, n.2, p.34-51, jul/dez, 2009, p.34-51. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/4506/3784>. Acesso em 23 fev. 2018. p. 18-19

<sup>31</sup> Aqui refere-se a uma noção materialista de trabalho definido na ideia de exploração de mão de obra e de venda da força de trabalho.

<sup>32</sup> KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 22-25.

classe das mulheres por parte da classe dos homens. Nesse sentido, a apropriação não é somente uma relação interindividual machista, mas o conjunto de uma classe que está à disposição da outra, com quatro expressões concretas da apropriação: o tempo, os produtos do corpo, a obrigação sexual e o encargo físico dos membros do grupo.<sup>33</sup>

A apropriação também se distingue em dois componentes intimamente ligados e articulados, principais propulsores de coerções materiais e ideológicas, que são: i) a apropriação individual, vinda de responsabilidades domésticas e familiares; ii) a apropriação coletiva, proveniente da vida social da mulher, em que o papel do Estado é cada vez mais relevante. O trabalho de reprodução social é extraído de maneira dobrada pela classe dos homens e pelo Estado.<sup>34</sup>

Por outro lado, reconhece-se que a efetiva entrada, ainda que parcial, da mulher ao mercado de trabalho impactou enormemente as conquistas femininas, pois possibilitou o ganho de autonomia em relação à instituição familiar. Contudo, Jules Falquet destaca que, ao contrário do que se afirmou nas primeiras análises feitas na França, o crescimento do acesso feminino ao ambiente laboral não é necessariamente um aspecto positivo da globalização, pois o desenvolvimento dos serviços de cuidado, a internacionalização da reprodução social e a retórica “pró mulher” — que promoveu a profissionalização do emprego feminino — provocaram, na prática, um deslocamento do contexto conjugal-familiar para o mercado. O trabalho doméstico gratuito em grande parte tornou-se trabalho doméstico remunerado, ambos realizados pelas mulheres.<sup>35</sup> Em vista disso e sob a ótica de conceitos feministas materialistas de apropriação privada e coletiva das mulheres, há o questionamento se tais mudanças que formalizaram o trabalho doméstico significaram o progresso para as

<sup>33</sup> Falquet. Jules Transformações neoliberais do trabalho das mulheres. Liberação ou novas formas de apropriação? In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-38.

<sup>34</sup> Falquet. Jules Transformações neoliberais do trabalho das mulheres. Liberação ou novas formas de apropriação? In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-38.

<sup>35</sup> O que é coerente com o fato de que 92,3% das pessoas que exercem os serviços domésticos no Brasil são mulheres, segundo dados relativos ao quarto trimestre de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C). Editoria: Estatísticas Sociais. No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. **Agência de Notícias- IBGE**. 10 Abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostrar-desigualdade>>. Acesso em: 14 Set.2018.

mulheres ou esse assalariamento do labor reprodutivo é apenas uma nova roupagem para exploração patriarcal.<sup>36</sup>

Nota-se dentro da globalização neoliberal, um avanço dessa apropriação coletiva, pois o Estado tem proporcionado um mínimo vital por meio de assistências, como seguro desemprego e auxílio maternidade, os quais não são efetuados nem por seus patrões nem por seus companheiros; todavia, em troca, a crise estatal transforma as mulheres em mão de obra gratuita e exército de reserva.<sup>37</sup> Apesar de haver uma ampla suposição de que a mulher moderna pudesse escolher uma carreira profissional ou o casamento, ou ainda, ambos, Heleieth Saffiotti ratifica que a absorção da inclusão massiva do sexo feminino no mercado ainda permanece atrelada ao interesse do capital em manter essa mão de obra à sua disposição.<sup>38</sup>

Evidencia-se que a atuação feminina no mundo do trabalho é essencial para entender as conquistas das mulheres dentro do âmbito social, no mundo e também no Brasil. É ilustrativo lembrar que o Dia Internacional da Mulher, oficializado pela Organização das Nações Unidas em 1975 e hoje lembrado como um pedido de igualdade de gênero, no passado nasceu principalmente de uma raiz trabalhista e tem o papel de conservar vivo o enfrentamento sobre a desigualdade entre os gêneros, principalmente para as não privilegiadas por raça e classe.

## 2.2 OS DIREITOS SOCIAIS AO TRABALHO E A MULHER NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

Retornando ao aparato normativo do Estado, destaca-se a lentidão do Direito brasileiro, masculinizado, para incorporar as lutas femininas em sua legislação. As primeiras inclinações às reivindicações de gênero foram a conquista do voto feminino pela Constituição de 1934, depois o Estatuto da Mulher Casada, em 1962, no qual

<sup>36</sup> Falquet. Jules Transformações neoliberais do trabalho das mulheres. Liberação ou novas formas de apropriação? In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-38.

<sup>37</sup> Falquet. Jules Transformações neoliberais do trabalho das mulheres. Liberação ou novas formas de apropriação? In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 38-40.

<sup>38</sup> SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho feminino e capitalismo. In *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*. Universidade Estadual Paulista. v. 1. 1976, p. 119-163. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1488/1192>>. Acesso em 2abr.2018.

ficou estabelecido que a mulher não precisava de autorização do marido para exercer sua capacidade civil, ainda que permanecendo subalterna a ele, e, no ano de 1977, a Lei do Divórcio, que permitiu a dissolubilidade do matrimônio.<sup>39</sup>

A maior emancipação, todavia, foi alcançada com a Constituição Federal de 1988, pensada em uma lógica de valorização e ampliação dos direitos fundamentais. O ordenamento jurídico primordial trouxe, portanto, a necessidade de uma releitura na interpretação e aplicabilidade das normas infraconstitucionais vigentes, bem como da Consolidação das Leis do Trabalho e suas implicações às mulheres.

Para o direito do trabalho, a “Constituição Cidadã” representou a organização mais ampla de direitos sociais da história do nosso constitucionalismo brasileiro, a qual incluiu os direitos do trabalhador em capítulo próprio dentro do título II, dos direitos e garantias fundamentais.<sup>40</sup> A importância dessa previsão normativa e desse enquadramento constitucional decorre do fato que o regime jurídico do Brasil é especialmente protetivo aos direitos fundamentais, pois tais direitos, dentre eles o rol dos direitos do trabalhador, necessitam de prestações positivas e negativas. Isto é, o Direito deve atuar a partir de duas perspectivas: um sentido positivo, para assegurar a aplicabilidade imediata e prevenir qualquer possível omissão atentatória dos operadores do direito; e um sentido negativo, para impedir ações ofensivas do Poder Constituinte Reformador em editar emendas constitucionais que tendam a abolir os direitos fundamentais, protegendo-os por meio das chamadas cláusulas pétreas, artigo 60, parágrafo 4º, da CF.<sup>41</sup> Ademais, destaca-se que o legislador elencou como fundamento do Estado Democrático de Direito os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, presentes no artigo 1º, IV, da CF.

Manuel Carlos Palomeque Lopez afirma que o conflito laboral, entre trabalho assalariado e capital, tem seu cerne na caracterização de sociedade de classe, emergente da revolução industrial que constituía a indústria como setor básico de produção capitalista. Esse conflito se baseia na ideia de que a norma jurídica integra

<sup>39</sup> DIAS, Maria Berenice. **A mulher no Código Civil**. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18\\_-\\_a\\_mulher\\_no\\_c%F3digo\\_civil.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf)>. Acesso em: 14 Jul.2018.

<sup>40</sup> Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**/ Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. 10. Ed. Rev. E Atual. São Paulo: Saraiva, 2015. p.647

<sup>41</sup> HACHEM, Daniel Wunder. Mínimo existencial e direitos fundamentais econômicos e sociais: distinções e pontos de contato à luz da doutrina e jurisprudência brasileiras. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder (Coord.). **Direito público no Mercosul: intervenção estatal, direitos fundamentais e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 207.

a disputa de interesses, o que ocasiona um sistema de segurança e conservação das relações sociais vigentes. Portanto, ao identificar o embate social do Direito do Trabalho como categoria cultural fruto do sistema capitalista vigente, entende-se que sua funcionalidade é servir ao processo de juridificação do conflito entre empregado e empregador mediante sua institucionalização pelo Estado como disciplina jurídica.<sup>42</sup>

O trabalhador, sem a interferência do Estado, tende a ser transformado em coisa à medida que precisa render mais, ser incansável e evitar pausas. Outrossim, o melhor empregado é aquele que mais consegue anular sua condição humana. Nesse sentido, as regras trabalhistas foram criadas para limitar a tendência natural da relação de exploração do trabalho pelo capital, pois reconhece que essa relação implica em uma troca desigual: tempo de vida/ força física em troca de remuneração/ valor monetário. Para Valdete Souto Severo, a hermenêutica trabalhista se funda historicamente no princípio da proteção, assim defende que afastar tal princípio equivaleria em negar a própria razão de ser do Direito do Trabalho<sup>43</sup>.<sup>44</sup> Américo Plá Rodrigues expõe: “a preocupação central parece ser a de proteger uma das partes com o objetivo de, mediante proteção, alcançar-se uma igualdade substancial e verdadeira entre as partes”.<sup>45</sup> Ainda, são decorrências desse princípio: a) a regra do *in dubio pro operario*; b) a regra da norma mais benéfica; e c) a regra da condição mais benéfica.<sup>46</sup> Por essa razão, o ordenamento jurídico máximo elencar os direitos dos trabalhadores como fundamentais reforça ainda mais sua importância para convívio social.

Para os direitos femininos, a Constituição de 1988 definiu um novo patamar de direitos: a equiparação entre homens e mulheres em direito e obrigações (artigo 5º, I). Além desse dispositivo, merece destaque a proibição de discriminação e promoção

<sup>42</sup> LOPEZ, Manuel Carlos Palomeque. **Direito e trabalho e ideologia**. Tradução da 5. ed. espanhola. Livraria Almedina - Coimbra, 2001. p. 17- 19

<sup>43</sup> Reconhece que essa afirmação afasta a doutrina majoritária constitucional, de Alexy e Dworkin, que faz uma distinção qualitativa entre regras e princípios e não coloca uma hierarquia entre as duas espécies de normas. Severo, nega a técnica da proporcionalidade e da ponderação para consolidar a proteção como princípio que dá legitimidade à construção das regras laborais.

<sup>44</sup> SEVERO, Valdete Souto. A Hermenêutica Trabalhista e o princípio do direito do trabalho. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista** / Coordenadores Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo. – 1.ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2017. p.30-39.

<sup>45</sup> PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios de direito do trabalho**; tradução de Wagner D. Giglio. – 3. ed. atual. – São Paulo: LTr, 2000. p. 83.

<sup>46</sup> PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios de direito do trabalho**; tradução de Wagner D. Giglio. – 3. ed. atual. – São Paulo: LTr, 2000. p. 132.



do bem de todos (artigo 3º, IV), o veto de diferenças salariais por razão de sexo, idade cor ou estado civil (artigo 7º, XXX), a licença-maternidade e licença-paternidade sem prejuízo salarial ou de emprego (artigo 7º, XVIII e XIX), o direito das mulheres presidiárias a manter seus filhos junto de si no período de amamentação (artigo 5º, L), a titularidade de domínio e concessão de propriedade, independente do estado civil (artigo 189, parágrafo único) e a determinação da sociedade conjugal exercida igualmente por homens e mulheres (artigo 226, § 5º).<sup>47</sup>

Tais mudanças refletiram no direito do trabalho, que passou a tratar a questão de gênero não tanto de maneira protetiva, mas de maneira promocional.<sup>48</sup> O tratamento protetivo em relação à mulher reflete uma sociedade moralista que trata a questão feminina sob olhar explícito das necessidades masculinas. As diferenças normativas, dentro da visão da proteção, asseguram as relações de autoridade que produzem a subordinação das mulheres pelo sexo masculino. Alguns exemplos são o contrato de trabalho, que era tutelado somente por meio do aval do pai ou do marido antes de 1946 e o decreto de 1932, que as proibia de realizar trabalho noturno. Já o caráter promocional parte da premissa de que ambos os sujeitos, homens e mulheres, são iguais, mas que devido suas particularidades físicas, sociais e históricas carecem de uma intermediação que lhes assegure a igualdade material.

O artigo 7º, XX, assegura o direito social da mulher à proteção do seu trabalho, mediante benefícios específicos, nos termos da lei. Dentro do contexto do Estado Social, entende-se benefício como direito subjetivo legitimado através da justiça social, fim pretendido pela ordem social. Outrossim, as noções de uma equânime distribuição de benefícios sociais estão atreladas à materialização da justiça social, visto que o Estado deveria articular suas ações com o objetivo de estabelecer toda e qualquer demanda referente ao bem-estar da pessoa humana.<sup>49</sup> Por essa razão, no dispositivo mencionado a Constituição permite um tratamento distinto entre homens e mulheres em determinadas situações, a exemplo do estabelecimento da licença

<sup>47</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p.186.

<sup>48</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. - **Cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006. p. 405- 430. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398.pdf>> Acesso em: 14 Jul.2018. p.426

<sup>49</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**/ Fábio Zambitte Ibrahim.- 20. ed. - Rio de Janeiro: Impetus, 2015. p. 5-7.

maternidade ou do intervalo diferenciado para lactante, sob a condição de que efetivamente seja dirigida a proteger ou ampliar o mercado de trabalho feminino.

Nesse sentido promocional, foram revogados alguns artigos da CLT que, sob o manto tutelar, produziam efeito claramente discriminatório. Meses após a Constituição de 1988, a Lei nº 7.855/89 foi editada de modo a superar as incompatibilidades dos preceitos trabalhistas. Dessarte, revogou normas que autorizavam a interferência marital ou paterna no contrato empregatício da mulher adulta (antigo artigo 446, CLT) e parte expressiva dos dispositivos que exigiam atestados médicos especiais da mulher ou lhe restringiam a prestação de certos tipos de trabalho (antigos artigos. 374, 375, 378 a 380 e 387 da CLT).<sup>50</sup> A norma constitucional e trabalhista posterior tentará promover a não discriminação do trabalho feminino, embora por vezes atue de forma limitada no momento da gestação e da amamentação.

Vale lembrar que um dos alicerces desse processo de alteração legislativa e social, vindo com a democratização de 1988, é o movimento feminista. À época, a criação de conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, repercutiu na promoção nacional de políticas para eliminação da desigualdade entre os gêneros. O denominado Lobby do Batom, chefiado pelo CNDM, resultou na apresentação de trinta emendas sobre os direitos femininos e quatro emendas populares.<sup>51</sup> Além disso, a promulgação da Constituição Cidadã ensejou uma série de modificações, como o reconhecimento da igualdade da família, o repúdio à violência, a igualdade entre filhos, o reconhecimento do direitos reprodutivos, conquistas que são frutos da ação organizada do movimento de mulheres. Porém, ainda há uma significativa distância entre a agenda levada pelas mulheres ao espaço estatal, por intermédio de dispositivos e espaços de participação institucional, e as leis e as políticas implementadas na realidade fática.<sup>52</sup>

A pretensão de formar um Estado com valores democráticos e republicanos, mesmo com o avanço normativo da Constituição de 1998, encontra entraves na realidade brasileira. A finalidade pública, balizada nos princípios constitucionais, deveria ser determinada democraticamente para guiar o funcionamento estatal.

<sup>50</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**/ Mauricio Godinho Delgado- 17. ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: LTr, 2018. p. 959.

<sup>51</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p.180 - 184.

<sup>52</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p.187.

Outrossim, insere-se a transparência e a publicidade do poder para ratificar tais tomadas de decisões por todos os atores presentes na sociedade. O discurso teórico busca uma participação popular mais efetiva nas tomadas de decisões e no controle de sua execução por meio de mudanças nas prática sociais, para compatibilizar a realidade com a normatividade.<sup>53</sup> Para além da retórica, entretanto, a verdade é a aprovação assolapada da Reforma Trabalhista em quatro meses de processo legislativo.

No que se refere às conquistas femininas dentro direito do trabalho, destaca-se o artigo 5º da CLT, que proíbe a distinção de salário por motivo de sexo, assim como dispõe a Constituição o artigo 377º, que entende a adoção de medidas protetivas ao trabalho das mulheres como ordem pública; e o artigo 461, que regula as questões pertinentes à equiparação salarial. Todos os artigos citados não foram alterados com a Reforma Trabalhista, todavia, ela ocasionou outras violações, debatidas adiante, como a permissão da atuação de grávida e lactante em local insalubre ao alterar a redação do artigo 394-A.

Cabe notar que o Direito brasileiro sofre influência do panorama internacional, isto posto foram cruciais para discussão da questão de igualdade de gênero o artigo 1º da Declaração Universal de Direitos Humanos<sup>54</sup> e a ratificação pelo Brasil de algumas das convenções realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Convém também salientar convenções que são primordiais para o alcance dessa igualdade, dentre elas a Convenção nº 100, que dispõe sobre a remuneração igual para trabalho de igual valor, a qual foi ratificada em 1957, seis anos depois da sua adoção, em 1951. A Convenção nº 111, concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, e a Convenção nº 103, de proteção à maternidade, foram ambas aprovadas em 1965. Em contrapartida, a ratificação da Convenção nº 156 continua sendo uma reivindicação; a Convenção entrou em vigor em 1981 e discorre sobre a igualdade de oportunidades e tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, complementada pela Recomendação nº 123.

---

<sup>53</sup> SALGADO, Eneida Desiree. **Lei de acesso à informação (LAI): comentários à Lei de nº 12.527/2011 e ao Decreto nº 7.724/2012**. - São Paulo: Atlas 2015. -- (Coleção direito administrativo positivo; v.33 / Irene Patrícia Nohara, Marco Antonio Praxedes de Moraes Filho, coordenadores). p. 1-3.

<sup>54</sup> “Art. 1º - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” **Declaração Universal de Direitos Humanos**. UNIC/ Rio/ 005. Jan. 2009. Disponível em:< <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>.> Acesso em: 03 Ago.2017.

Nesse contexto, ao discorrer sobre a questão da igualdade de oportunidades de gênero no mundo laboral, Laís Abramo afirma que há uma relação perceptível entre o combate à discriminação e a promoção da igualdade. Para demonstrar isso menciona a definição da Convenção nº 111, na qual “a discriminação é justamente a negação da igualdade de oportunidade” e salienta para o viés duplo atribuído a esse significado: o combate à discriminação e a obrigação a ser desenvolvida por políticas ativas. Assim, para que haja igualdade de oportunidade de tratamento no mundo do trabalho a diretora da OIT no Brasil ratifica a necessidade de rever a estruturação das responsabilidades desiguais entre os sexos e, a partir disso, promover uma redefinição dos papéis masculinos e femininos.<sup>55</sup>

A noção de discriminação dentro do ordenamento jurídico brasileiro é tratada, segundo Maurício Godinho Delgado, como “conduta pela qual se nega à pessoa, em face de critério injustamente desqualificante, tratamento compatível com o padrão jurídico assentado para a situação concreta por ela vivenciada”.<sup>56</sup> Dentro desse conceito há ainda a discriminação denominada indireta, que se liga à teoria do impacto desproporcional, ou seja, medidas públicas ou privadas aparentemente neutras, mas cuja aplicação concreta resulta, de forma intencional ou não, em manifesto prejuízo para minoria ou para um grupo vulnerável.<sup>57</sup> Sob essa premissa, seria a Reforma Trabalhista um instrumento para discriminação indireta?

Para responder a esse questionamento é necessário observar além da normatividade, pois, como já afirmado, o processo de criação das leis se mantém munido de um aparato ideológico patronal e masculinizado. Ademais, o mercado de trabalho reproduz e explora as construções sociais, fazendo com que tal problemática tenha como resultado a marginalização da força de trabalho feminina e, concomitantemente, a ideia da marginalização social das mulheres.<sup>58</sup> Por conseguinte, é crucial averiguar a Lei nº 13.436/2017 por meio dos ideais presentes na Constituição e dos conceitos de discriminação trazidos pela Convenção nº111

<sup>55</sup> ABRAMO, Laís. Discriminação e ações afirmativas no Brasil. **Rev. TST**, Brasília, vol. 76, no 4, out/dez 2010. p. 161.

<sup>56</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho** / Maurício Godinho Delgado. - 17.ed.rev.atual. e ampl.- São paulo: LTr, 2018. pg. 951.

<sup>57</sup> SARMENTO, Daniel. Constitucional e igualdade étnico - racial. In: PIOVESAN, Flávia Souza, Douglas Martins de (coord.). **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. brasil: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, 2006.

<sup>58</sup> COUTINHO, Aldacy Rachid. **Construção das relações de gênero no mercado de trabalho (uma incursão no Brasil Contemporâneo)**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2014. p.5

para, então, alcançar-se a conclusão sobre e a possível contribuição da reforma para a precarização do trabalho de maneira abrangente que reverbera, principalmente, nos grupos mais vulneráveis como a luta feminina.

### 2.3 A IMBRICAÇÃO DAS FORMAS DE PODER E A MULHER

As desvantagens e os problemas vivenciados por determinadas classes, raças e sexos foram vistas por muito tempo como fenômenos naturais. Contudo, a sociologia ao se propor a refletir cientificamente sobre esses objetos de estudo demonstrou que há uma construção histórica e social que transforma, classes, raças e sexos, em fenômenos culturais. Primeiro, reconheceu-se que o direito divino e a teologia não mais são fundamentos para justificar a classe social de cada indivíduo, desnaturalizando essa questão. Depois, as divisões científicas da espécie humana por meio da raça passaram a ser denunciadas como construções ideológicas.<sup>59</sup> Contudo, mesmo com o ativismo feminista, o sexo ainda encontra resistência para se desvincular da identificação de um fenômeno biológico, natural e dado. Assim, a reivindicação política de igualdade de direitos entre os gêneros se desenvolveu, primeiramente, encapsulado em posições de classe, raça e colonialidades.<sup>60</sup>

Sirme Bilge disserta sobre as três formas de compreender as relações de poder e de sexo na teoria feminista: a monista, a pluralista e a holista. Aquela representa a anterioridade do patriarcado em detrimento das primazias das relações de exploração de classe ou raça, ou seja, coloca o sexo como dominação principal. A segunda teoria enxerga a situação feminina como resultado da somatória das diversas opressões cumuladas. Enquanto a última teoria percebe tais premissas de maneira individual e coletiva, contrapondo-as de maneira articulada e, concomitantemente, sobrepostas.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Sociologia e natureza. Classes, raças e sexos. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 34

<sup>60</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Sociologia e natureza. Classes, raças e sexos. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 34; BILGE, Sirma. De l'analogie à l'articulation: théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe. *L'Homme et la société*, v. 43, n.2, 2010. p. 176-7.

<sup>61</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Sociologia e natureza. Classes, raças e sexos. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 34

A diferença da adoção de cada teoria para esse objeto de estudo está na forma de observar a divisão sexual do trabalho ante a Reforma Trabalhista. Segundo a teoria monista o gênero é a dominação principal que deve ser combatida, assim, destruída a divisão sexual do trabalho as dominações secundárias, raça e classe, desapareceriam ou sairiam comprometidas, afirmação que parece ilógica. A teoria pluralista também não se apresenta como a mais adequada, pois, dentro dessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho poderia ter um fator aditivo (gênero + raça + classe) ou até multiplicativo, que compreende os efeitos da interação entre diferentes “eixos” de dominação, mas se constituiria de forma independente das opressões. Entende-se a teoria holista a mais adequada por desenvolver o raciocínio mais em termos de relação constitutiva que em termos de relação analógica ou aritmética. Por isso, a divisão sexual do trabalho deve ser pensada por meio de uma lógica de “co-formação” e/ou “co-construção” das categorias de gênero, raça e classe.

Além dessa distinção epistemológica, outro apontamento feito pelo feminismo, de ordem ontológica, está na especulação genealógica de que a definição sexual dos indivíduos passa ao arbítrio social. Através da historicidade do sexo, reitera-se o arbítrio do sexo, como capacitação biológica regulada socialmente e culturalmente, apresentada na forma de uma relações de poder e de exploração.<sup>62</sup> Com base nessa premissa que Simone de Beauvoir irá afirmar: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”<sup>63</sup>, ou seja, ser mulher é uma construção social e cultural que o feminismo irá chamar gênero.<sup>64</sup>

A respeito da opressão de classe, Jessé de Souza salienta que a justificção da desigualdade brasileira é enraizada na determinação social silenciada, não nos ideais de meritocracia do mundo moderno. Desta via, o fator determinante do comportamento peculiar de cada determinada classe está na percepção de sua presença e de sua economia moral. A tese do autor está embasada na percepção de que não é a diferença financeira que distingue a classe média, e sim as heranças

<sup>62</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Sociologia e natureza. Classes, raças e sexos. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. pg. 35

<sup>63</sup> BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. I. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p.9

<sup>64</sup> MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena; e outras. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 222-223.

simbólicas, ou seja, as determinações da maneira de se comportar repassadas pelos familiares (responsáveis) e o aprendizado afetivo, que incentiva a singularidade do indivíduo como fim em si mesmo, assim, esses dois elementos repercutem como efeito da diferença de renda econômica à "ralé". Ressalta-se uma confusão entre causa e efeito que faz com que se esqueça a diferença de classe, o que se potencializa com o sentimento do homem cordial<sup>65</sup> e ocasiona uma acriticidade.<sup>66</sup>

O modo de vida social estrutura as relações sociais de gênero, sendo essas também relações de poder que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos. Isto posto, é essencial enxergar o trabalho feminino como um fenômeno relativo ao gênero e à classe, concomitantemente e, no caso do Brasil, incorpora também a dimensão das relações raciais.<sup>67</sup> A necessidade de pensar no feminismo negro, apesar do feminismo englobar todas as mulheres, vem do processo de socialização de pessoas negras e pessoas brancas, sobretudo de mulheres negras e mulheres brancas, e do lugar em que elas vão ocupar nas relações sociais e no modo de produção.

<sup>65</sup> O autor trata da cordialidade do povo brasileiro como peça chave da falta de consistência de uma luta social que englobe toda a sociedade, para isso trabalha a noção da construção do mito nacional, forma moderna por excelência para a produção de um sentimento de "solidariedade coletiva", que se constrói através de identidades gerais e processos de aprendizado coletivos. O sociólogo ratifica a capacidade de aprendizado moral e político a partir da aptidão, ou não, em expandir e generalizar o sentimento de responsabilidade dentro da vida em sociedade. Por isso, o imaginário social, balizado por opções morais hierarquicamente colocadas pela forma com que os membros da comunidade se percebem e se julgam mutuamente, é o conjunto de interpretações e ideias que compreendem o sentido e a especificidade da experiência histórica de cada país. Por essa razão, entender o porquê do seu próprio mito nacional é se apossar da própria memória. Todavia, há uma dificuldade de fazer um distanciamento e alcançar essa apropriação do imaginário nacional, pois a identidade nacional está indissociavelmente articulada com a identidade pessoal, ou seja, é incorporada e internalizada de forma pré-reflexiva e emotiva, razão pela qual se torna imune à crítica. Além disso, o mito nacional proporciona aos seus pares uma coesão e união social na medida em que se torna intrínseco a todo brasileiro. É a fantasia compensatória de todas as mazelas do país, que se vê orgulhoso pela sua cordialidade e simpatia. O sentimento de autocomplacência e autoindulgência têm seu corolário na aversão a toda forma de explicação de conflitos e de crítica, assim, essas qualidades são convertidas em senso comum. A problemática do imaginário social do Brasil está na demonização do conflito, na amabilidade extrema, que acaba por conservar privilégios e reprimir o aprendizado, seja ele individual ou coletivo, ao obstaculizar a ponderação em todas as classes. Por isso, o debate democrático e político são extremamente necessários para a mudança desse cenário de desigualdade, tanto para que o indivíduo consiga adquirir e formar uma personalidade própria, singular e não pré-determinada socialmente, quanto para que a sociedade reconheça e afaste os consensos injustos que atravessam a sua história. SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, 29- 51.

<sup>66</sup> SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 49- 57.

<sup>67</sup> SILVA, Carmem. Raízes das desigualdades. **Mulher e trabalho : encontro entre feminismo e sindicalismo**. / Carmem Silva; Maria Betânia Ávila; Verônica Ferreira (orgs.) - Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. pg. 46.

A luta das mulheres brancas era para ingressar no mercado de trabalho, as mulheres negras já estavam inseridas como escravas. Desta maneira, o lugar ocupado pelas mulheres negras possui uma raiz ainda atrelada com a escravidão, que no caso brasileiro esteve intimamente atrelada a questão da raça. Desta forma, o modo de produção das mulheres negras é próprio do trabalho reprodutivo, sendo ele visto no emprego doméstico ou nas terceirizações. As mulheres brancas, por sua vez, sofrem com o recorte de gênero, mas escapam do posto ocupado pelas mulheres negras no qual a mão de obra tem menor proteção social e há menos carteiras assinadas, se comparado com outros recortes de gênero e raça. A condição das trabalhadoras negras é reflexo do passado escravocrata e do racismo estrutural.<sup>68</sup>

Angela Davis, ao descrever a história do movimento sufragista do século XX, ilustra a incompatibilidade entre a vivência feminina das mulheres brancas burguesas, preocupadas exclusivamente com a igualdade política, e das mulheres negras da classe trabalhadora, praticamente invisíveis mesmo com todo esforço e militância, que vislumbrava, para além do direito ao voto, também a igualdade econômica e o resgate de sua raça. Porém, as negras, menosprezadas e rejeitadas tanto pelas líderes sufragistas quanto pelas integrantes do movimento associativos, quando da vitória do sufrágio feminino terminaram violentamente impedidas de exercer seu direito, foram rechaçadas ou tiveram suas cédulas recusadas por supervisores eleitorais.<sup>69</sup>

Ademais, as pessoas reais que compõem a classe trabalhadora, essa desenhada por meio da ideia de um conjunto vivo construído por meio de direitos e por sua identidade coletiva, são estruturalmente consubstanciadas pelas relações inter-raciais. Segundo a compreensão histórica delineada no Brasil, a questão racial se articula com a exploração do trabalho escravo dos negros e negras por séculos, pois era justificativa para fins de opressão e discriminação.<sup>70</sup> Dentro do contexto de escravidão, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas eram mais violentos

<sup>68</sup> SILVA, Anastácia. Reforma trabalhista piora situação da mulher negra no mercado de trabalho. **Brasil de Fato** | Rio de Janeiro (RJ), 22 de Abril de 2017. Disponível em: <<https://www.brasiledefato.com.br/2017/04/22/reforma-trabalhista-piora-situacao-da-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso 16 Mai. 2018.

<sup>69</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** / Angela Davis: tradução Heci Regina Candiani.- 1. ed.- São paulo: Boitempo, 2006. p. 143-153.

<sup>70</sup> SILVA, Carmem. Raízes das desigualdades. **Mulher e trabalho : encontro entre feminismo e sindicalismo.** / Carmem Silva: Maria Betânia Ávila: Verônica Ferreira (orgs.) - Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia: São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. pg. 42-43.



do que àqueles impostos aos homens, pois, além de açoitadas e mutiladas, também eram estupradas.<sup>71</sup>

Mesmo após a abolição, persistem no tempo resquícios de perpetuidade na representação e na imagem da mulher negra e de suas atividades durante a escravidão. Há uma associação do trabalho doméstico à escravidão em decorrência do enorme número de mulheres negras que são mão de obra em atividades manuais. Expressões como “serviço de negro” indicam essa ligação, que enseja duas conotações: de “serviço mal feito” e de “serviço desqualificado”. Em relação estritamente à figura feminina negra também são frequentes associações como “ser da cozinha” com negritude e com escravidão.<sup>72</sup> Kofes salienta: “A escravidão doméstica não impõe sua marca apenas no fazer, mas também nas atitudes e no comportamento daqueles que, na família, se socializam para o mando e para a disponibilidade de alguém que lhes atenda a vontade.”<sup>73</sup>

Laís Abramo sustenta que as desigualdades de gênero e raça são elementos que dão base para a desigualdade social do Brasil, raiz da manutenção e reprodução das situações de pobreza e exclusão social, consistindo seu enfrentamento no embate com essa característica, que é estrutural da sociedade brasileira. A mudança desse quadro é essencial para alterar também os indicadores de mão de obra existentes que evidenciam um contraste marcante entre a mulher negra trabalhadora e o homem branco empregado.<sup>74</sup> Essa contraposição é vista na figura abaixo, extraída do Relatório técnico de bases do IPEA, na qual apresenta a proporção de trabalhadores precarizados, na população ocupada com 16 anos ou mais, segundo cor/raça e sexo no Brasil de 2004 a 2014.<sup>75</sup>

<sup>71</sup> Refere-se aos Estados Unidos, mas cabe igualmente à história brasileira. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.**/ Angela Davis: tradução Heci Regina Candiani.- 1. ed.- São paulo: Boitempo, 2006. p. 36.

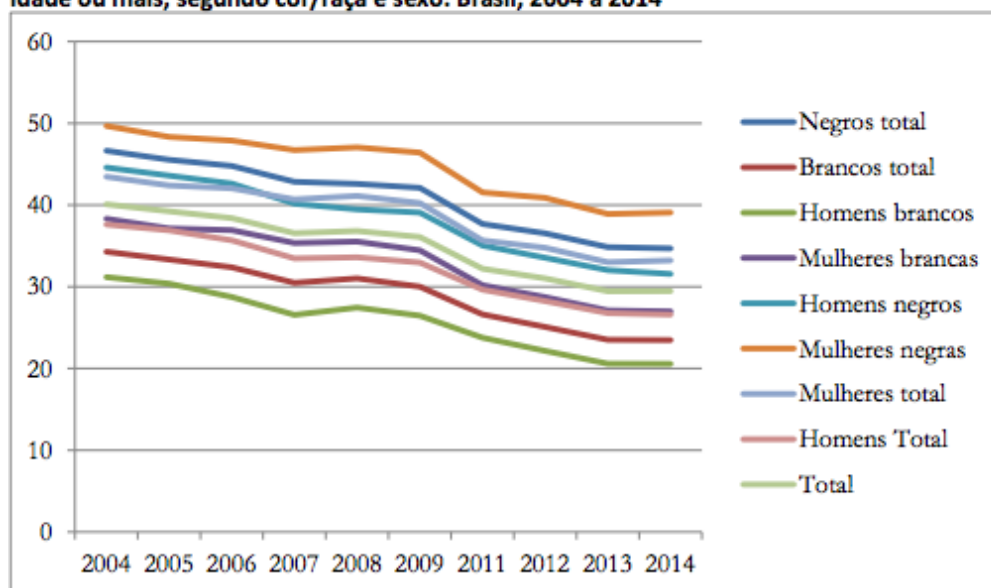
<sup>72</sup> KOFES, S. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p.134

<sup>73</sup> KOFES, S. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 136-137.

<sup>74</sup> ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.** Vol. 58 no.4. São Paulo Oct./Dec. 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400020](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020)> Acesso em: Acesso 16 Mai.2018.

<sup>75</sup> ANDRADE, Tânia. Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade? Estudo técnico. JULHO/2016. p. 62. Extraído: IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. N° 22. IPEA: Brasília, 2014. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Nota técnica n° 24. IPEA: Brasília, março de 2016. p.12.

**Gráfico 4 – Proporção de trabalhadores precarizados\* na população ocupada de 16 anos de idade ou mais, segundo cor/raça e sexo. Brasil, 2004 a 2014**



Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

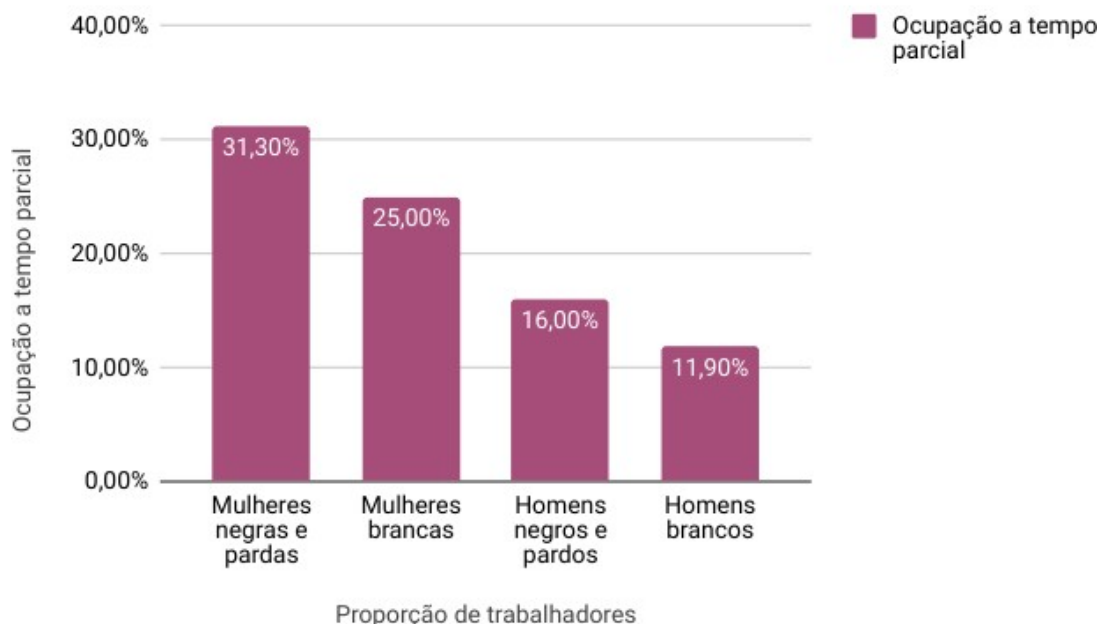
\*Foram classificados como trabalhadores precarizados aqueles trabalhadores com renda de até 2 salários mínimos e com as seguintes posições na ocupação: sem carteira assinada, construção para próprio uso, conta-própria (urbano), empregador com até 5 empregados (urbano), produção para próprio consumo (urbano) e não-remunerados (urbano).

Os números deixam evidente a grande separação da realidade racial no Brasil, pois são os negros a parcela da população que mais sofre com a atuação em trabalhos precários. Ainda, é tangível visualizar o recorte mulher negra, que sofre uma dupla discriminação comprovada pelos dados como o pior cenário possível de precarização. Os dados mais recentes de 2016, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) em 2018, constatou que a precarização ainda recai predominantemente sobre a mulher negra, porquanto o setor informal agrava essas disparidades, conforme figura abaixo. Ademais, enquanto somente 11,9% dos homens brancos ocupam funções por tempo parcial, 16% os pretos e pardos realizam essas atividades. Entre o cenário feminino, as brancas atingem a marca de 25%, em contrapartida, a taxa das mulheres pretas ou pardas alcança 31, 3%.<sup>76</sup>

<sup>76</sup> Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **IBGE**. Tipo de material: Livro. Ano: 2018 Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticash-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

## Ocupação a tempo parcial x Proporção de trabalhadores



Fonte: Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. IBGE

Elaboração própria.

A essência dessa contextualização do feminismo negro está em demonstrar que as relações sociais são consubstanciais e coextensivas, pois se reproduzem e se coproduzem mutuamente por meio da implantação das relações sociais de classe, de gênero e de raça.<sup>77</sup>

As elucidações tratadas denotam que a desigualdade de gênero é experimentada com intensidades diferentes entre as mulheres de acordo com sua raça e classe. Em nível global, de acordo com a previsão do Fórum Econômico Mundial, a diferença entre os sexos aumentou. Os estudos realizados anualmente desde 2006 vinham demonstrando que seriam necessários 83 anos para se alcançar a paridade entre homens e mulheres, em 2017, porém, a previsão aumentou para um século. Dado mais alarmante é o do mercado de trabalho, em que a organização avalia serem necessários 217 anos para auferir a igualdade entre os sexos, ainda que nesse aspecto mais da metade dos países integrantes ao estudo tenha melhorado.<sup>78</sup>

<sup>77</sup> CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: **Temporalis**, n°28, nov. 2014. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. p. 143-144.

<sup>78</sup> “**Global Gender Gap Report 2017**”. 2017. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/>>. Acesso em: 17 Ago. 2018.

Portanto, as desigualdades entre homens e mulheres, pessoas brancas e negras, pobres e ricos, ou até empregadas e empregadores definem, por meio de dimensões culturais e econômicas da dominação, a vida em sociedade.<sup>79</sup> Sendo assim, frisa-se que o processo emancipatório como horizonte encontra lugar na conjugação da consciência de gênero, consciência de classe e consciência de raça, e essa conjugação, necessariamente, deve estar desenvolvida simultaneamente através da coexistência entre o âmbito individual e no coletivo.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> SILVA, Carmem. Raízes das desigualdades. **Mulher e trabalho : encontro entre feminismo e sindicalismo**. / Carmem Silva; Maria Betânia Ávila; Verônica Ferreira (orgs.) - Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia: São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. pg. 46.

<sup>80</sup> KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. pg. 20-25.

### 3 REIVINDICAÇÕES IMPORTANTES PARA ENTENDER O MERCADO DE TRABALHO, A MULHER E A FLEXIBILIDADE MODERNA

“Só porque uma mulher fez uma escolha, uma escolha livre, de dizer ‘Eu vou ficar em casa e cuidar dos meus filhos, eu posso voltar para a minha carreira, eu posso ter um trabalho de meio período, mas isso é uma escolha minha’, não significa que isso é tudo o que ela pode fazer.”<sup>81</sup>

Para concretizar a desvinculação da ideia naturalizadora do que foi definido como “trabalho de mulher” ou “lugar de mulher”, este capítulo analisa a divisão sexual do trabalho de maneira mais aprofundada dentro uma das principais dificuldades femininas: a conciliação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Ademais, analisa a participação, nível de escolaridade, desemprego feminino e o perfil da trabalhadora autônoma. O objetivo é verificar como o cuidado com as tarefas da casa e dos filhos, tida como uma responsabilidade natural da mulher pela cultura patriarcal, impacta no mercado do trabalho hoje, bem como observar às desigualdades existem no mercado de trabalho.

#### 3.1. DUAS VEZES TRABALHO: A DIVISÃO SEXUAL LABORAL E A JORNADA FEMININA.

O atual modelo capitalista, com o escudo neoliberal, ampliou a precarização do trabalho humano de maneira extrema. Todavia, sendo as relações sociais experimentadas de formas diferentes a depender do seu gênero, a conjuntura contemporânea se mostra de maneira específica e agudizada pelas mulheres que sofrem uma desvalorização laboral de dominação, opressão e exploração atendida pela expansão do capital.

A grande maioria da sociedade brasileira se forma através das relações econômicas fundamentais construídas a partir da exploração da força de trabalho, pois o sistema capitalista não possibilita a todos a detenção dos meios de produção. A lógica está na possibilidade do trabalhador em dispor de sua resistência física e de suas habilidades em troca de sua subsistência para o detentor de capital que, com

---

<sup>81</sup> J.K. Rowling, escritora, em entrevista.

essa engrenagem, amplia seu lucro. A exploração é o conceito fundamental que explica essa relação, a extração de mais-valia ocasionada pela classe proprietária sobre a classe assalariada.<sup>82</sup>

O trabalho produtivo, ou seja, aquele que gera lucro, é explicado através da teoria descrita. Todavia, tal teoria não explica diretamente o labor na esfera reprodutiva que é realizado primordialmente pelo sexo feminino. Insere-se a noção de dupla condição da mulher: a discriminação no trabalho produtivo e a discriminação do trabalho reprodutivo. O primeiro restringe-se à atividade produtiva, ao labor feminino com obstáculos de acesso, permanência e ascensão. Enquanto o último é atribuído essencialmente às mulheres, aos serviços ditos domésticos.

Em nome da natureza, do amor e do dever maternal uma enorme quantidade de trabalho é realizada de maneira gratuita por mulheres, pois as atribuições na casa são, afinal de contas, praticamente invisíveis. O movimento feminista problematizou a questão apontando que as atribuições vindas com a divisão sexual, e, conseqüentemente, a realização das tarefas domésticas feitas pelas mulheres, não é o destino natural, mas o fruto da organização social do trabalho e da economia.<sup>83</sup>

Dentro de uma perspectiva feminista materialista, a labuta é simultaneamente transformadora da sociedade, da natureza e de si mesmo. Ato contínuo, o reconhecimento da existência do trabalho reprodutivo, ou seja, do trabalho do cuidado se torna um ganho e uma atividade política. Kergoat ressalva: em que pese a conquista dessa definição possa ser considerada um paradigma, não se extingue a realidade de que - seja no âmbito doméstico gratuito ou âmbito doméstico remunerado - se trata de uma atividade laboral que não possibilita a mulher a escolha de não fazer. E ao fazer o ofício do cuidado, esse se apresenta como não qualificado, mal pago e não reconhecido.<sup>84</sup>

<sup>82</sup> SILVA, Carmem. Raízes das desigualdades. **Mulher e trabalho : encontro entre feminismo e sindicalismo**. / Carmem Silva; Maria Betânia Ávila; Verônica Ferreira (orgs.) - Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia: São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. pg. 39- 41.

<sup>83</sup> FREITAS, Taís Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SOF Sempre Viva Organização Feminista. Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado/ Maria Lúcia Silveira e Taís Viudes de Freitas. São Paulo: SOF, 2007. 96p. (**Coleção Cadernos Sempre Viva**. Série Economia e Feminismo, 1). Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/382421/mod\\_resource/content/0/Trab\\_corpo\\_vida-mulheres-.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/382421/mod_resource/content/0/Trab_corpo_vida-mulheres-.pdf)>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

<sup>84</sup> KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. Pg.19.

O estabelecimento social da separação central entre trabalho produtivo e remunerado e trabalho doméstico e reprodutivo é preenchido pelo gênero. De um lado a responsabilidade da mulher na sociedade em gerenciar o ambiente doméstico e realizar o trabalho reprodutivo é atrelada à conservação da estrutura familiar e menosprezada pelo capital. De outro lado, a parte exaltada pelo capitalismo é encontrada na ocupação masculina, que domina na organização política e econômica.

85

A divisão sexual do trabalho possui duas importantes teorias, ambas baseadas na conceitualização em termos de “vínculo social” e de “relação social”, porém esses são opostos. O primeiro termo remete aos conteúdos conceituais de solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de papéis, ou seja, haveria uma cooperação entre os sexos tanto no trabalho profissional como no trabalho doméstico; já o último reporta-se a uma assimetria entre os papéis de homem e de mulher, incluindo uma teoria geral das relações sociais com ideias de divisão de trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão e poder, das quais elas se encontram numa posição de inferioridade.<sup>86</sup>

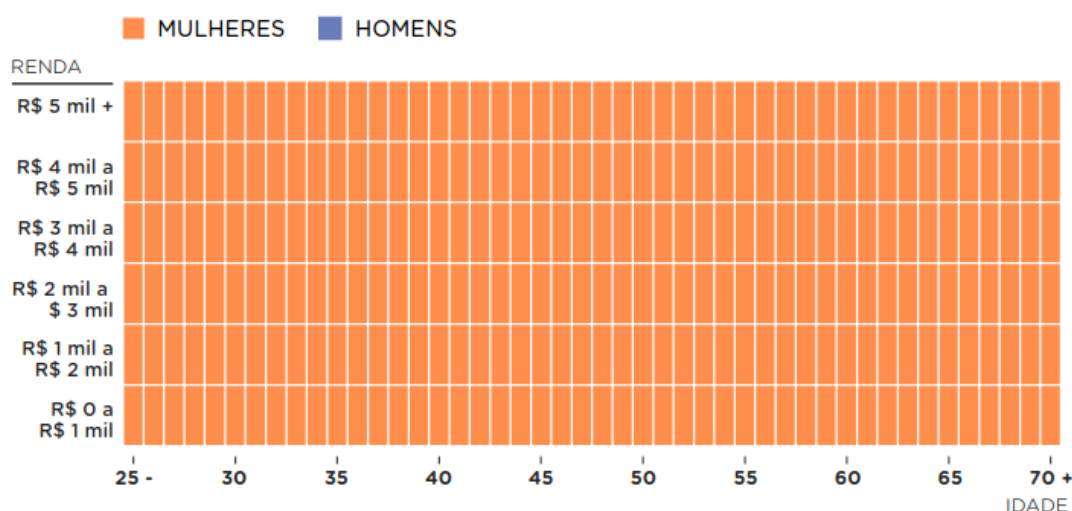
Na prática, é observado que a segunda teoria prevalece. Por isso conciliar, ou acumular, o trabalho remunerado e o trabalho doméstico é a tarefa da maior parte da população feminina no Brasil. A figura abaixo, veiculada no Nexo Jornal com base nos dados do IBGE, pode parecer descartável por demonstrar apenas um dado, sendo esse “instintivo” e fruto de uma cultura social que coloca o “trabalho de casa como coisa de mulher”, mas a imagem é importante para comprovar empiricamente a feminilização do trabalho reprodutivo. Destaca-se que a pergunta “*Quem faz mais trabalho doméstico?*” é de sobreposição, ou seja, é preciso escolher um sujeito, homem ou mulher, que se aproprie mais das tarefas do lar e a resposta é unânime.

<sup>85</sup> COUTINHO, Aldacy. Construção das relações de gênero no mercado de trabalho: uma incursão no Brasil cotidiano. **BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS XLVII** (2004), p. 271-294. p. 278

<sup>86</sup> HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo : Boitempo, 2002. pg. 276.

## QUEM FAZ MAIS TRABALHO DOMÉSTICO

De acordo com a renda mensal e a idade



Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2017.

Elaboração: Nexo Jornal.

Da figura que mais parece uma parede de tijolos extraí-se sua relevância: mostra que, em todas as classes e em todas as idades, o trabalho doméstico é da mulher, sem exceções.<sup>87</sup> O gênero feminino é o sujeito que arca com as tarefas cotidianas do lar seja aos 25 anos ou 70 anos, seja não recebendo salário ou recebendo o teto estipulado no estudo do IBGE.

A fim de demonstrar o impacto da harmonização entre o labor realizado dentro de casa e fora dela o SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia, junto ao Data Popular, com planejamento e supervisão do Instituto Patrícia Galvão, no Projeto Mais Direitos e Mais Poder e com apoio da ONU Mulheres, realizou mapeamento das estratégias que as mulheres se utilizam para combinar essas duas responsabilidades.

88

<sup>87</sup> ZANLORENSSI, Gabriel. ALMEIDA, Rodolfo. As horas de trabalho doméstico de homens e mulheres do Brasil. **Nexo Jornal**. 30 Abr. 2018. Disponível em:

<[https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil?utm\\_campaign=Echobox&utm\\_medium=Social&utm\\_source=Facebook#link\\_time=1525108977](https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#link_time=1525108977)> Acesso em: 18 Mai. 2018.

<sup>88</sup> A pesquisa foi realizada da seguinte maneira: "Inicialmente, foram realizados 8 grupos de discussão (grupos focais), entre março e abril de 2012, com homens e mulheres de 24 a 45 anos, que exerciam trabalho remunerado, em Recife e São Paulo, com os seguintes perfis em cada cidade: dois grupos de discussão com mulheres das classes C e D4 responsáveis pelos cuidados da casa; um grupo com homens das classes C e D casados com mulheres; e um grupo com trabalhadoras domésticas mensalistas ou diaristas, com ou sem registro em carteira profissional. Após essa etapa, teve início a abordagem quantitativa, com a aplicação de questionário semiestruturado a 800 mulheres, de 18 a 64



Maíra Saurê Machado, discorre sobre os resultados da pesquisa, composta por etapas qualitativa e quantitativa, a respeito do uso do tempo feminino. Constata-se que a maioria das mulheres possui a permanente sensação de falta de tempo, declarado por 68% das entrevistadas, o que decorre da multiplicidade de tarefas a que estão submetidas, citada por 75% delas. Em contrapartida a essa exaustão, o trabalho remunerado é visto como uma emancipação, enquanto as atividades em casa e em prol da família são o seu papel principal enquanto mulher.<sup>89</sup> Chama a atenção que 58% das respondentes concordam com a frase “pensando nos cuidados da casa, os maridos dão mais trabalho do que ajudam”. Há em torno dessa afirmação uma “infantilização” do cônjuge em relação ao labor doméstico, pois do mesmo modo que uma criança não possui o manejo nas habilidades do lar, o homem também não o possui. Em que pese a etapa qualitativa demonstre um pequeno indicativo positivo, de que os homens mais jovens são mais prestativos em relação aos mais velhos, vislumbra-se que ainda há uma legitimação da “divisão” de tarefas decorrente do machismo que descreve o trabalho doméstico como “assunto de mulher”.<sup>90</sup>

Se por um lado os verdadeiros atenuantes da jornada feminina são demarcados na pesquisa através da mobilização entre as próprias mulheres em suas redes de sociabilidade (vizinhas, mães, sogras e cunhadas) para cuidados com as crianças, por vezes, a escolha de algumas por trabalhos que possuem uma jornada flexível também representam um remédio, ainda que seu efeito colateral signifique optar por um ofício não qualificado com uma renda mais baixa.<sup>91</sup>

---

anos, moradoras das capitais e regiões metropolitanas da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, totalizando 31 municípios, entre junho e julho de 2012. Os dados apresentados a seguir referem-se às duas etapas desse estudo." MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. Pg. 53

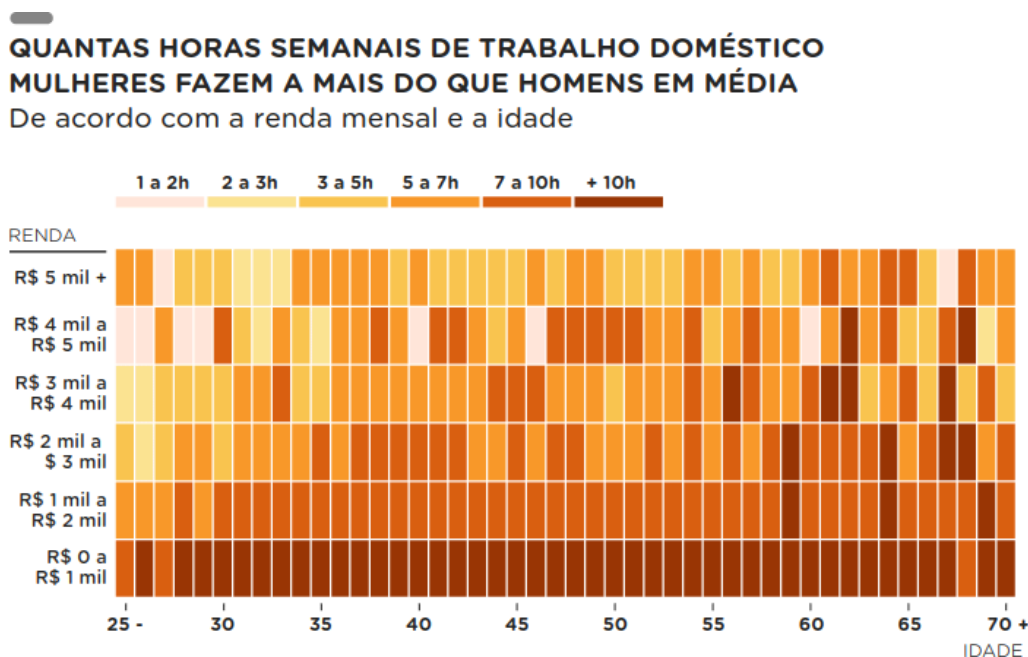
<sup>89</sup> MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. Pg. 55-58.

<sup>90</sup> MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. p. 65-71.

<sup>91</sup> MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica**

Desta via, por outro lado, nota-se uma falta de assistência do Estado para suavizar essa dupla jornada. O estudo aponta algumas políticas públicas que poderiam assegurar esse auxílio, quais sejam: serviço de saúde, para que não se gaste horas e mais horas numa unidade de pronto atendimento; transporte público eficiente, a fim de diminuir o gasto de tempo com o trajeto diário até o trabalho; escolas em tempo integral, para que a jornada de trabalho flexível seja uma escolha e não a única saída para conciliar a maternidade ao labor produtivo; restaurantes populares, facilitando a rotina diária na cozinha; lavanderias públicas ou coletivas, para que aquelas que não tenham dinheiro para obter uma máquina de lavar não necessitem fazer tal limpeza nas mãos.<sup>92</sup>

A dupla jornada consiste na inserção da mulher ao mercado de trabalho sem a retirada das obrigações domésticas, que sempre foi uma responsabilidade imputada ao sexo feminino em todas as classes. Não obstante, há um segundo ponto a ser complementado no raciocínio: a noção de especificidade.



Fonte: PNAD Contínua (IBGE), 2017.  
Elaboração: Nexo Jornal.

**Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo, 2014.** Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. p. 72

<sup>92</sup> MACHADO, Máira Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo, 2014.** Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. p. 72-73.

A figura acima<sup>93</sup> mostra que o número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos não é só distinto em relação aos homens, mas há uma diferença grande entre as mulheres, mas depende, principalmente, da sua renda. Por conseguinte, é possível depreender que a divisão sexual do trabalho é reforçada para as mulheres que ganham uma renda menor, já que de acordo com os dados, as mulheres que possuem renda maior ou igual a 3 mil reais raramente gastam 5 horas a mais que os parceiros nas atividades domésticas, enquanto é comum que o tempo despendido para aquelas que recebem até 2 mil reais seja de mais de 10 horas nas tarefas do lar em comparação com os homens.

A atenuação do trabalho reprodutivo entre as mulheres de classes mais altas por ser observado sobre dois aspectos: o maior acesso a produtos que ajudem e agilizem os afazeres de casa e a contratação dos serviços de outras mulheres. Desse modo, àquelas que ocupam postos de trabalho com mais prestígio, na tentativa de conciliar o trabalho doméstico com o trabalho profissional e possibilitar sua ascensão profissional, contratam outras mulheres para realizar seu serviço doméstico. Via de regra, são as mulheres com níveis socioeconômicos mais baixos que ficam encarregadas de exercer essas atividades, de baixa valorização e remuneração, duas vezes.<sup>94</sup>

Assim, percebe-se que o ingresso feminino ao trabalho produtivo não proporcionou uma divisão de tarefas no lar, mas promoveu uma delegação de tarefas entre as próprias mulheres que se denomina bipolarização das mulheres. Por isso, mais uma vez é afirmado que a discriminação entre sexos deve consubstanciar as questões de classe e raça.

<sup>93</sup> ZANLORENSSI, Gabriel. ALMEIDA, Rodolfo. As horas de trabalho doméstico de homens e mulheres do Brasil. **Nexo Jornal**. 30 Abr. 2018. Disponível em: <[https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil?utm\\_campaign=Echobox&utm\\_medium=Social&utm\\_source=Facebook#link\\_time=1525108977](https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#link_time=1525108977)> Acesso em: 18 Mai. 2018.

<sup>94</sup> FREITAS, Taís Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SOF Sempre Viva Organização Feminista. Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado/ Maria Lúcia Silveira e Taís Viudes de Freitas. São Paulo: SOF, 2007. 96p. (**Coleção Cadernos Sempre Viva**. Série Economia e Feminismo, 1). Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/382421/mod\\_resource/content/0/Trab\\_corpo\\_vida-mulheres-.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/382421/mod_resource/content/0/Trab_corpo_vida-mulheres-.pdf)>. Acesso em: 05 Jun. 2018. p. 14 e 15.

Um fator positivo observado na figura acima foi a constatação que o tempo feminino despendido no trabalho reprodutivo diminui ao olharmos para mulheres que são mais jovens. A idade influencia também o número de horas gastos na atividade doméstica e é um lampejo no cenário da divisão sexual do Brasil. Fato que se complementa com a análise feita por Maíra Machado sobre o discreto indicativo de que os homens mais jovens são mais prestativos e solícitos nas tarefas domésticas.<sup>95</sup>

As normas culturais de construção social de gênero ainda estruturam o lugar das mulheres como restrito ao espaço privado, apesar da inclusão e do crescimento no âmbito público. Fato que se reverbera negativamente por meio da produção da subjetividade, do autoconhecimento e dos encaminhamentos do cotidiano. Essa diferenciação entre os sexos é nutrida materialmente pela linguagem, pela imagem, pelo funcionamento regular de instituições como igrejas, famílias, escolas e pela normatização jurídica, entre outros aspectos.

Por isso, a falta de representatividade política das mulheres, sobretudo às negras, pobres e imigrantes, mantém a subinclusão da divisão sexual do trabalho na agenda política. Essa subinclusão deriva das assimetrias entre os sexos e também entre as mulheres, a depender da classe e raça, pois a carga desigual produzida pela divisão sexual do trabalho e a precariedade do trabalho reprodutivo remunerado não são problemas prioritários para os membros da Câmara Deputados e do Senado Federal. Por outro lado, quanto mais envolvidas as mulheres estão com o trabalho doméstico cotidiano menores e menos efetivos são os instrumentos que dispõem para politizar suas desigualdades. Nesse sentido, Biroli afirma que “ A divisão sexual do trabalho não produz sozinha o acesso desigual ao sistema, mas é sim um dos seus ‘gargalos’ ”.<sup>96</sup>

Enfim, a divisão sexual do trabalho impacta as percepções subjetivas de mundo, as representações das pessoas e o papel delas dentro da sociedade. Por isso, é a base de assento das hierarquias de gênero na contemporaneidade. Todavia, distinguir que tal hierarquia assume formas diferentes segundo a posição de classe e

<sup>95</sup> MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. p. 70.

<sup>96</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p. 45 - 47.

raça das mulheres é essencial, pois ainda que a discriminação entre os sexos não se limite às classes dominadas e também impacte as mulheres privilegiadas, existem consequências distintas.<sup>97</sup>

### 3.2 A MULHER HOJE E A MATERNIDADE.

A ascensão feminina no mercado de trabalho e no espaço público, dentro da sociedade contemporânea, resultou na abertura de possibilidades para as mulheres direcionarem e inventarem a própria vida. A conquista desse decisionismo que impactou sobre o momento de ter, ou mesmo não ter filhos devido aos métodos anticoncepcionais, o divórcio e a alternativa de parcerias amorosas ampliou a forma de interação social do sexo que era dito como frágil.<sup>98</sup>

Em contrapartida, no embate entre a conjunção dos papéis exercidos na esfera pública e privada ainda persiste o papel prioritário feminino no âmbito doméstico. Ainda, pontua-se que, desde a antiguidade até meados do século XX, a maternidade era vislumbrada como a única função valorizada socialmente para as mulheres, nela via-se certo grau de reconhecimento e valorização.<sup>99</sup> Soma-se também o papel das instituições religiosas que insistem em colocar o corpo da mulher como elemento de determinação natural, por atrelar a mulher à ideia de procriação, o que resulta em uma ideologia naturalizadora.<sup>100</sup>

O desenvolvimento do feminismo, mais visível no século XX, adotou pautas relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos, a exemplo da utilização de métodos contraceptivos e da luta pela legalização do aborto, o que fez da maternidade uma opção. Contudo, o patriarcado, regime pelo qual os homens dominam as mulheres, impõe o mito da maternidade ao identificar o feminino com o materno, por isso a ideia

<sup>97</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Birolí. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. pg. 21-23.

<sup>98</sup> GRANT. Walkiria Helena. A maternidade, o trabalho e a mulher. **An. 3** Col. LEPSI IP/FE-USP 2002. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300008&script=sci\\_arttext&tlng=pt#backX](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300008&script=sci_arttext&tlng=pt#backX) Acesso em: 18 Mai. 2018.

<sup>99</sup> GRANT. Walkiria Helena. A maternidade, o trabalho e a mulher. **An. 3** Col. LEPSI IP/FE-USP 2002. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300008&script=sci\\_arttext&tlng=pt#backX](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300008&script=sci_arttext&tlng=pt#backX) Acesso em: 18 Mai. 2018.

<sup>100</sup> KREUZ, Leticia Regina Camargo. **Crime e pecado : o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/42889>. Acesso em: 17 Jun.2018. p. 25

de que a mulher pode ter controle sobre sua fertilidade e optar por não ser mãe é tida como antinatural.<sup>101</sup>

No que tange o papel do lar, as premissas expostas explicitam que a nova dinâmica feminina somente acarreta a soma de uma nova responsabilidade, e não a transformação. A exigência de autonomia individual e de crescimento profissional é alcançada sem esquecer ou abrandar as tarefas do espaço privado.<sup>102</sup> Para Maria Helena Fernandes, a melhor representação do ideal da mulher pós-moderna é a figura da *mulher-elástico*, ilustrada no filme infantil da Disney “Os incríveis”, já que o excesso de demandas é uma característica cotidiana para as mulheres. Por isso, a necessidade de um funcionamento verdadeiramente elástico para desempenhar, com sucesso, tantas funções díspares.<sup>103</sup>

Há inúmeras qualidades presentes nesse novo imaginário feminino para corresponder à amplitude de imposições contemporâneas: mãe dedicada, mulher compreensiva, bem humorada, bem arrumada, serena, culta, realizada profissionalmente, independente financeiramente. Por fim, a psicanalista expõem que a “virada” está na exigência dessa *mulher-elástico* questionar-se: “sou eu mesma a destinatária desses esforços?” De acordo com a pesquisa descrita por Maíra Saurê Machado, a resposta para essa pergunta é: não, a mulher não é destinatária de seu próprio tempo. Pois, em relação à pergunta “Para o que elas sentem que falta tempo?” a primeira, e principal, resposta foi a falta sentida de tempo para cuidar de si (29%) e, em seguida, para cuidar dos filhos (11%).<sup>104</sup>

Observa-se que a função social decorrente do “papel de mãe” mantém-se como a maior fonte de valorização, de acordo com a entrevista. Em que pese o trabalho remunerado seja extremamente reconhecido pela independência que

<sup>101</sup> KREUZ, Letícia Regina Camargo. **Crime e pecado : o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/42889>>. Acesso em: 17 Jun.2018. p. 41 -49.

<sup>102</sup> FERNANDES. Maria Helena. **A mulher elástico**. Disponível: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/uploads/files/ii\\_congresso\\_internacional/mesas\\_redon\\_das/ii\\_con\\_a\\_mulher\\_elastico.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/uploads/files/ii_congresso_internacional/mesas_redon_das/ii_con_a_mulher_elastico.pdf)> Acesso em: 23/07/2018.

<sup>103</sup> FERNANDES. Maria Helena. **A mulher elástico**. Disponível: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/uploads/files/ii\\_congresso\\_internacional/mesas\\_redon\\_das/ii\\_con\\_a\\_mulher\\_elastico.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/uploads/files/ii_congresso_internacional/mesas_redon_das/ii_con_a_mulher_elastico.pdf)> Acesso em: 23/07/2018.

<sup>104</sup> MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2017. Pg. 55.

proporciona, a separação da sua prole é uma motivo de insatisfação, pois para elas os filhos são tratados como prioridade e são caracterizados como a melhor parte do dia. Essas mulheres vislumbram na labuta diária uma melhor condição material a suas crianças, ou seja, vêem no trabalho produtivo uma outra forma de dedicação.<sup>105</sup>

Ao analisar informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), de 2013, realizada em seis regiões metropolitanas – Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo – Janaína T. Guiginski e Simone Wajnman constatarem diversas disparidades entre as mulheres que têm filhos<sup>106</sup> e as mulheres que não tem filhos. Para isso, limitaram os indicadores do trabalho sobre quatro eixos: o primeiro, participação da mulher no mercado de trabalho; o segundo, qualidade laboral que foi dividida entre precariedade da ocupação, jornada de trabalho e assalariamento *versus* autonomia; o terceiro, salário; e o quarto, risco de desemprego.<sup>107</sup>

Se na pesquisa formulada pelo SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia não houve sinal de que a prole é identificada como fator gerador de trabalho ou algo que possa se assemelhar a um fardo, os resultados obtidos pelo PED indicam que a presença de filhos é uma fonte de rebaixamento no universo laboral. Sobre o primeiro indicativo, a maternidade associa-se a menores participação no mercado de trabalho, pois um filho em idade pré-escolar representa 43,5% a menos de chance de a mulher estar no mercado de trabalho enquanto dois ou mais filhos em idade pré-escolar representa 3,2 vezes menos probabilidade (ou seja, 320% a menos) do que se ela não tivesse filho nesta faixa etária.<sup>108</sup>

O aspecto a respeito da qualidade do posto de trabalho também confirma a desigualdade impulsionada pela escolha de ser mãe, haja vista o aumento da chance da mulher de: a) estar num trabalho precário, b) cumprir jornada parcial e c) trabalhar

<sup>105</sup> MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)> Acesso em: 04 Ago. 2017. p. 68- 69.

<sup>106</sup> Considerou-se apenas os filhos até 12 anos de idade, divididos em duas faixas etárias – em idade pré-escolar e em idade escolar.

<sup>107</sup> GUIGINSKI, Janaína T. WAJNMANN, Simone. **Mercado de Trabalho e Relações de Gênero – Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres**. Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar 2015. p. 9.

<sup>108</sup> GUIGINSKI, Janaína T. WAJNMANN, Simone. **Mercado de Trabalho e Relações de Gênero – Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres**. Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar 2015. p. 9.

como autônoma em relação a se inserir em empregos assalariados no setor privado. Destaca-se que, em qualquer nível de escolaridade e independentemente do processo de escolha, a presença de filhos tende a impulsionar as mulheres para essas ocupações autônomas. Segundo o estudo, ter dois filhos ou mais na idade pré-escolar pode significar um aumento de 82,2% de chance dessa mãe ser autônoma.<sup>109</sup>

As pesquisadoras afirmam que a insuficiência do apoio familiar, aliada às disparidades no âmbito reprodutivo, faz com que as mulheres precisem atender simultaneamente à necessidade de obter renda através do trabalho produtivo e às exigências da família. Sendo assim, a opção da maternidade acarreta em uma penalização do sexo feminino, que precisa escolher ofícios mais flexíveis e que esses também, via de regra, recebem um salário menor. Confirmando, então, o terceiro ponto.<sup>110</sup>

Por fim, o tempo de permanência no emprego e os riscos de desemprego entre as assalariadas do setor privado também são afetados pela quantidade da prole. Quanto maior o número de filhos pequenos, mais associações com o risco relativo de desemprego, pois o acúmulo de responsabilidades familiares dificulta o encontro e/ou a manutenção de emprego.<sup>111</sup>

Além dos fatores educacionais e do aprimoramento de certas ocupações, aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho requer um maior entendimento sobre as políticas públicas direcionadas aos cuidados das crianças e dos idosos para auxiliar na dupla jornada feminina.

Uma das políticas públicas de maior auxílio para a evolução da taxa de participação feminina é a disponibilização de creches. A oferta de creches possibilita à mulher optar por colocar os filhos na creche porque vai trabalhar. Nessa opção atenta-se para a relação positiva entre a proporção de filhos na creche e a oferta de mão de obra.<sup>112</sup> Tal conexão é baseada na análise empírica dos microdados da

<sup>109</sup> GUIGINSKI, Janaína T. WAJNMAN, Simone. **Mercado de Trabalho e Relações de Gênero – Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres**. Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar 2015. p. 16.

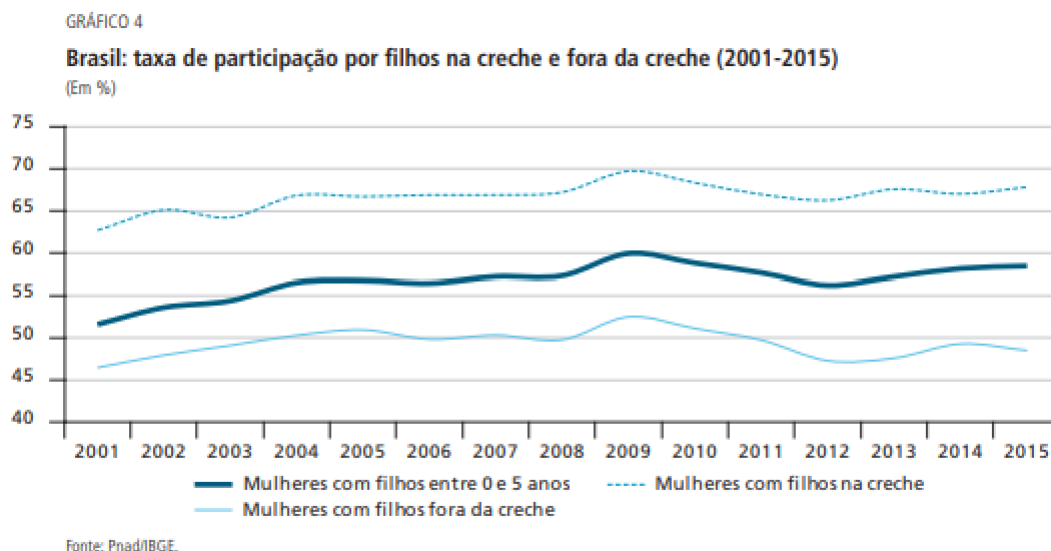
<sup>110</sup> GUIGINSKI, Janaína T. WAJNMAN, Simone. **Mercado de Trabalho e Relações de Gênero – Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres**. Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar 2015. p. 17-18.

<sup>111</sup> GUIGINSKI, Janaína T. WAJNMAN, Simone. **Mercado de Trabalho e Relações de Gênero – Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres**. Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar 2015. p. 19.

<sup>112</sup> BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Mercado de trabalho : conjuntura e



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2001 a 2015 e transformada em gráfico por Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Joana Simões de Melo Costa, como se nota na figura a seguir:<sup>113</sup>



Fonte: PNAD / IBGE, 2001 a 2015..

Elaboração: GUIGINSKI, Janaína T. WAJNMAN, Simone.2015.

Os microdados do Pnad, representados acima, exibem a evolução da taxa de participação feminina que têm filhos entre 0 e 5 anos de idade e estão nas creches e a taxa de participação feminina que têm filhos na mesma faixa etária sem estarem na creche. Conforme apontado pelas autoras da imagem, em 2015, enquanto as mulheres com filho na creche tinham 68% de taxa de participação no mercado de trabalho, aquelas que não estavam com o filho na creche representavam 49% de taxa participativa. Assim, é apontada uma disparidade substancial entre ambas as taxas fruto da mudança de cenários.<sup>114</sup>

A crítica da maternidade, ocasionada por correntes feministas, é que ela se transforma em fator de vulnerabilidade por ter sido historicamente definida pela divisão

análise / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho**. – Ano 23 | Abril 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7805>>. Acesso em: 03 Ago.2018. p. 26.

<sup>113</sup> BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Mercado de trabalho : conjuntura e análise / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho**. – Ano 23 | Abril 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7805>>. Acesso em: 03 Ago.2018. p. 27.

<sup>114</sup> BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Mercado de trabalho : conjuntura e análise / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho**. – Ano 23 | Abril 2017. Disponível em : <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7805>>. Acesso em:03 Ago.2018. p. 27

sexual do trabalho, sobrecarregando o sexo feminino e, por consequência, restringindo a entrada no universo laboral como demonstrado através dos dados.<sup>115</sup>

Por esses motivos, o verbete “maternidade” é descrito no dicionário crítico do feminismo com dois aspectos opostos: poder e opressão. O poder é atrelado à gestação de uma vida e também à detenção de direitos políticos e sociais ocasionados por essa nova função social, a exemplo do acesso a contraceptivos e a licença maternidade. Contudo, ser mãe também constitui-se em uma das fontes de opressão da mulher. Nesse sentido, afirma-se: “Seguindo as teses de Simone de Beauvoir, para quem a maternidade era o principal obstáculo à liberdade das mulheres, as feministas radicais viam nela o elemento central da dominação dos homens sobre as mulheres, uma forma de persuasão, sujeição, e até de escravidão.”<sup>116</sup>

Nesse radicalismo, as autoras levantam a ideia de que, em análise com o histórico social da maternidade, verifica-se uma construção histórica e cultural, não necessariamente um instinto maternal intrínseco à identidade feminina. Assim, mesmo com o acesso à contracepção oral, a partir de 1967, que abriu às mulheres a liberdade de poder anular ou limitar sua fecundidade, permanece o confronto delas com a complexidade do desejo, ou a recusa de desejo, de ter um filho.<sup>117</sup>

A escolha sobre somar a função social materna pode não ter sido completamente desconstruída, porém, foi impactada pelo acesso de contraceptivos e pelo acúmulo do exercício do trabalho remunerado com o trabalho no âmbito doméstico-familiar.<sup>118</sup> O impacto é encontrado nas taxas de natalidade; em 1970 a taxa era de 5,8 filhos por mulher, em 2000 era de 2,39 e em 2017 foi de 1,67<sup>119</sup>, o que comprova que a população feminina atualmente têm menos filhos. Além disso, em 2005, 30% dos nascimentos registrados eram de mães entre 20 e 24 anos, porcentagem que em 2015, para mesma faixa etária, diminui e se igualou a idade dos

<sup>115</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p. 107.

<sup>116</sup> COLLIN, Françoise. LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena; e outras. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 133.

<sup>117</sup> COLLIN, Françoise. LABORIE, Françoise. Maternidade. s. In: HIRATA, Helena; e outras. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pg. 133

<sup>118</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p. 107.

<sup>119</sup> SILVEIRA, Daniel. Brasil tem mais de 207 milhões de habitantes, segundo IBGE. **G1**. 30 Ago 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-mais-de-207-milhoes-de-habitantes-segundo-ibge.ghtml>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

25 a 29, com 25, 4%. Outro dado relevante foi o aumento da natalidade entre 30 e 39 anos — de 22,5%, em 2005, para 30,8%, em 2015. Ratifica-se que a mulher de hoje têm menos filhos e são mães mais tarde.<sup>120</sup>

Pelas razões expostas, mesmo com a responsabilidade tradicional do homem em ser o provedor da casa, as tensões entre a escolha de ter um filho e o trabalho remunerado não são vivenciadas igualmente por eles como o são pelas suas parceiras. Conclui-se que mesmo ante a realidade concreta impondo a mulheres com filhos inúmeros obstáculos cotidianos, nos quais impactam tanto a dupla jornada como a sua inserção e continuação no mercado de trabalho, a maternidade na vida da mulher moderna ainda é um papel idealizado, que acarreta a identificação do sexo feminino com o papel materno.

### 3.3 CARTEIRA DE TRABALHO PARA QUEM? DESIGUALDADES NO MERCADO DE TRABALHO

A posição feminina nas relações laborais está no âmago das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero<sup>121</sup>, portanto é fundamental entender as desigualdades no mercado de trabalho. Nos últimos 30 anos o Brasil apresentou um aumento persistente da taxa de atividade feminina<sup>122</sup>, que passou de 40% para 68%.<sup>123</sup> A população economicamente ativa (PEA) cresceu de modo geral 5,5 vezes entre 1950 e 2010, contudo entre as mulheres essa expansão passou de 2,5 milhões para 40,7 milhões de pessoas, representando uma elevação de 16,3 vezes o número de PEA.<sup>124</sup>

<sup>120</sup> Mulheres que têm gravidez tardia vivem mais tempo; IBGE aponta que nascimentos com mães de 30 a 39 anos aumentaram. **O Globo**. 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/mulheres-que-tem-gravidez-tardia-vivem-mais-tempo-ibge-aponta-que-nascimentos-com-maes-de-30-39-anos-aumentaram-20537686>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

<sup>121</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Birolí. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p. 27.

<sup>122</sup> O percentual levou em consideração mulheres entre a faixa etária de 16 a 65 anos.

<sup>123</sup> LAVINAS, LENA. CORDILHA, Ana Carolina. CRUZ, Gabriela Freitas. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil. Rumos da formalização. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. - 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Com base na PNAD. p. 94.

<sup>124</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. CAVENAGHI, Suzana Marta. CARVALHO, Angela Alves de Carvalho. SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. **50 anos de feminismo:**

Em que pese o aumento da participação feminina no mercado de trabalho seja uma conquista, permanece a assimetria entre os sexos, bem como os problemas de segregação e discriminação salarial. O percentual de diferença na atividade participativa é de 25 % entre homens e mulheres.<sup>125</sup> Além disso, segundo Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres possuem menos oportunidades em comparação aos homens em períodos de crescimento, sofrem com mais demissões e com o aumento de contratações que favorecem o ingresso delas em setores menos produtivos. Ademais, os “avanços” da globalização ocasionaram a precarização dos postos de trabalhos em vínculos de baixa remuneração e na redução do tempo de permanência no emprego.<sup>126</sup>

As mulheres brasileiras também possuem as maiores taxas de desemprego, mantendo a disparidade de gênero como uma constante. Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE mostram que elas tinham, de março de 2002 a abril de 2004, taxas mensais de desemprego entre 15% a 16%, enquanto as taxas entre os homens eram de 10%. Em dezembro de 2014, as taxas caíram para os dois sexos e chegaram a 5% para as mulheres e 3,8% de desempregados para os homens.<sup>127</sup> Em 2018, a taxa feminina de desemprego foi de 13,2% enquanto a taxa masculina ficou registrada em 9,8%.<sup>128</sup> Portanto, não houve alteração no cenário em relação à disparidade entre homens e mulheres fora do mercado de trabalho formal, pois mesmo aumentando ou diminuindo a taxa de desemprego do sexo feminino é sempre superior do que ao masculino.

---

**Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores políticos e Democráticos** / Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar, organizadoras. – 1. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. pg. 32

<sup>125</sup> **Global Gender Gap Report 2017- Brazil**”. 2017. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/dataexplorer/#economy=BRA>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

<sup>126</sup> LAVINAS, LENA. CORDILHA, Ana Carolina. CRUZ, Gabriela Freitas. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil. Rumos da formalização. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 103

<sup>127</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. CAVENAGHI, Suzana Marta. CARVALHO, Angela Alves de Carvalho. SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores políticos e Democráticos** / Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar, organizadoras. – 1. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. pg. 36

<sup>128</sup> FÁBIO, André Cabette. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho mundial, em 3 pontos. **Jornal Nexo**. 08 Mar. 2018 (atualizado em 06 Jul. 2018). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/08/A-desigualdade-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho-mundial-em-3-pontos>> Acesso: 28. Mai. 2018.

Não obstante, adverte-se que em geral as mulheres apresentam um nível maior de escolaridade. Entre adolescentes de 15 a 17 anos que frequentam escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária, a chamada frequência escolar líquida, 73% desses jovens são meninas contra 62% de garotos. Na sobreposição das relações de sexo, cor e raça, o atraso escolar das mulheres brancas está distante 42,7% do que se registra entre os homens pretos ou pardos. Nota-se que as discrepâncias seguem a trajetória escolar, pois na faixa dos 25 a 44 anos de idade 21,5% das mulheres tinham completado a graduação, contra 15,6% dos homens.<sup>129</sup> Aproximadamente a partir dos anos 2000, o cenário de predominância feminina também se configurou no ensino acadêmico, se em 1970 menos de 20% dos mestrados e doutorados eram ocupados por mulheres<sup>130</sup>, em 2014 elas ultrapassaram os homens e chegaram a formar 51,5% dos títulos em 2008, ou seja, hoje o sexo feminino é maioria, mesmo que de forma discreta e em setores determinados do ensino.<sup>131</sup>

A realidade do universo laboral do Brasil é de que as mulheres são maioria da população e têm níveis educacionais em média superiores aos dos homens. Ainda assim, sua taxa de desemprego é maior, sua participação no mercado é menor e a remuneração também é inferior quando comparada ao sexo masculino. Com a fonte em dados do IBGE afirma-se que em 2000, os homens recebiam 35% a mais do que as mulheres e dez anos mais tarde, em 2010, eles ganhavam 32% a mais.<sup>132</sup> Contudo, no relatório do WEF de 2017, a posição do Brasil no requisito “igualdade salarial para

<sup>129</sup> Editoria: Estatísticas Sociais. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. **Agência de Notícias- IBGE**. 07 Mar. 2018. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem.html>>. Acesso 28 Mai.2018.

<sup>130</sup> ZANLORENSSI, Gabriel. ALMEIDA, Rodolfo. Qual o gênero e a idade de mestres e doutores no Brasil. **Nexo Jornal**. 23 Mai 2018 (atualizado 26 Jul.2018)<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil> .Acesso 10 Jun 2018.

<sup>131</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. CAVENAGHI, Suzana Marta. CARVALHO, Angela Alves de Carvalho. SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores políticos e Democráticos** / Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar, organizadoras. – 1. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. pg. 31

<sup>132</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. CAVENAGHI, Suzana Marta. CARVALHO, Angela Alves de Carvalho. SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores políticos e Democráticos** / Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar, organizadoras. – 1. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. p. 35.

trabalho semelhante” foi 119º do ranking e o percentual de diferença entre homens e mulheres foi de 48%.<sup>133</sup>

O fator de maior contribuição para explicar as disparidades de gênero no mercado de trabalho é a divisão sexual do trabalho. Observa-se que o sistema capitalista que funciona estruturalmente com desigualdades, assim, “a divisão sexual do trabalho é um elemento coadjuvante do processo de acumulação de capital”. Nesse sentido, as diferenças naturais e sociais das mulheres são aproveitadas em benefício próprio pelo capital, utilizando-as para reprodução e reforço de mecanismos de divisão e de discriminação que fomentam ainda mais a acumulação.<sup>134</sup> A força laboral, segundo características masculinas e femininas, é avaliada por diferentes preços, pois a competição é regida por “razões de mercado”. Tal divisão é vista nas celebrações contratuais, que ao ser repetida diversas vezes reverbera essa discriminação e, normalmente, coloca a mulher como força de trabalho mais barata.<sup>135</sup>

Outra discrepância, já analisada, é o impasse de conciliação da atividade remunerada com as atividades ligadas aos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, e por vezes também com idosos. O importante é notar que o trabalho reprodutivo faz com que o número de mulheres em atividades flexíveis, sem vínculo emprego, por conta própria ou atividade empreendedora seja bastante expressivo devido à acumulação das tarefas do lar e da complementação da renda familiar.

Com a intenção de compreender a evolução da atividade empreendedora no Brasil Nogami, Medeiros e Faia, com base nos relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), no período de 2000 a 2013, afirmam “No quesito gênero, as mulheres, no decorrer dos anos, aumentaram sua participação na atividade, superando, inclusive, o número de homens no ano de 2013. Entretanto, a motivação para empreender é predominantemente baseada na necessidade, já a dos homens, na oportunidade.”<sup>136</sup> Análise que se mantém no relatório do GEM 2017, o qual verificou

<sup>133</sup> **Global Gender Gap Report 2017- Brazil**. 2017. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/dataexplorer/#economy=BRA>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

<sup>134</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p. 230- 232.

<sup>135</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p. 230- 232.

<sup>136</sup> NOGAMI, V. K. C.; MEDEIROS, J.; FAIA, V. S. Análise da evolução da atividade empreendedora no Brasil de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) entre os anos de 2000 e 2013. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n. 3, p. 31-76, 2014.

que os homens são ligeiramente mais empreendedores que as mulheres, obtendo uma diferença de quase três pontos percentuais nas taxas de empreendedorismo total por gênero em 2017. Essa diferença aumenta para quatro pontos entre os empreendedores estabelecidos, porém, ao tomar isoladamente os empreendedores iniciais, elas superam os homens em quase um ponto percentual.<sup>137</sup>

Ao observar tal cenário, o relatório citado (GEM 2017) coloca a seguinte indagação: “seriam as mulheres menos persistentes na condução dos seus empreendimentos? Ou o ambiente para mulheres empreenderem ainda lhes é desfavorável e isso afeta a longevidade dos seus negócios?”<sup>138</sup> A segunda opção parece adequado com o conjuntura vivenciada pela mulher empreendedora que encontra entraves nas atividades domésticas e na discriminação do emprego, resultando na limitação ao acesso ao crédito e nas condições de investimento. Por isso, há um obstáculo nas condições sociais de entrada e sucesso do negócio.<sup>139</sup>

Sob um olhar mundial, as pessoas que exercem atividade por conta própria ou são colaboradores em empreendimentos familiares representam 42% dos trabalhadores, segundo relatório OIT de 2018. Essa categoria informal, classificada autônomo, traz outra disparidade entre os sexos. O empreendedorismo realizado pela mulher é uma das marcas dos países em desenvolvimento devido o motivo já conhecido: é apresentada para elas como uma saída frente a necessidade de compatibilizar as responsabilidades sociais do trabalho produtivo e reprodutivo.<sup>140</sup> Os países em desenvolvimento, que é o caso do Brasil, possuem 42% dos empregos

<sup>137</sup> Global Entrepreneurship Monitor – GEM. (2017). **Relatório Executivo 2017: Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP. Disponível em: <[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf)>. Acesso em : 05 Jun. 2018. p. 10

<sup>138</sup> Global Entrepreneurship Monitor – GEM. (2017). **Relatório Executivo 2017: Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP. Disponível em: <[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf)>. Acesso em : 05 Jun. 2018. p. 10

<sup>139</sup> BULGACOV, Yara Lucia Mazziotti. CAMARGO, Denise de. CUNHA, Sieglind Kind da Cunha. MEZA, Maria Lucia Meza. SOUZA, Regina Márcia Brolesi Souza. TOLFO, Suzana da Rosa. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia Argumento** 2010 out./dez., 28(63), 337-349. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20309>>. Acesso: 10 Jun. 2018. p. 346-347.

<sup>140</sup> BULGACOV, Yara Lucia Mazziotti. CAMARGO, Denise de. CUNHA, Sieglind Kind da Cunha. MEZA, Maria Lucia Meza. SOUZA, Regina Márcia Brolesi Souza. TOLFO, Suzana da Rosa. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia Argumento** 2010 out./dez., 28(63), 337-349. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20309>>. Acesso: 10 Jun. 2018. p. 345.

femininos na atuação como colaboradoras de empreendimentos familiares, ao passo que os empregos masculinos representam 20,2%.<sup>141</sup> Assim, é possível depreender que elas têm mais do que o dobro de chances dos homens de atuarem como colaboradoras de empreendimentos, lembrando que essa probabilidade aumenta consideravelmente quando ela é mãe.

O trabalho autônomo entre eles é motivado, predominantemente, por vontade própria e não circunstancial e o estabelecimento nesse mercado é realizado com mais facilidade entre o sexo masculino.<sup>142</sup> A participação da mulher nos empreendimentos tem um caráter “coadjuvante”, dado que não se apresenta como atriz principal dessa atividade. Soma-se a isso, o fato de que a atividade empreendedora feminina é exposta como alternativa para o excedente de mão de obra que não encontra trabalho no mercado formal. Logo, a motivação dessa prática, em geral, é a necessidade de incrementar a renda familiar.<sup>143</sup>

A consequência dessa falta de empregabilidade no mercado formal e a “opção” pelo trabalho flexível, condizente com a dupla jornada, encontra lugar na precarização da mulher empreendedora. A realidade enfrentada pela mulher autônoma, via, é a redução da perspectiva profissional, viabilizada por contratos temporários, pela flexibilidade de demissões e supressão de direitos, a exemplo do descanso remunerado, férias, licenças de saúde, aposentadoria e regulação dos salários, entre outros. O resultado para as autônomas, ambulantes, revendedoras de cosméticos, entre várias ocupações femininas enquadradas, deságua em uma situação de vulnerabilidade.

Apesar do mercado de trabalho apresentar um movimento recente de participação mais expressiva nas atividades autônomas e o crescimento da

<sup>141</sup> ZANLORENSSI, Gabriel. ALMEIDA, Rodolfo. Qual o gênero e a idade de mestres e doutores no Brasil. **Nexo Jornal**. 23 Mai 2018 (atualizado 26 Jul.2018). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>>. Acesso 10 Jun 2018.

<sup>142</sup> FÁBIO, André Cabette. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho mundial, em 3 pontos. **Jornal Nexo**. 08 Mar. 2018 (atualizado em 06 Jul. 2018). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/08/A-desigualdade-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho-mundial-em-3-pontos>> Acesso em: 28. Mai. 2018.

<sup>143</sup> BULGACOV, Yara Lucia Mazziotti. CAMARGO, Denise de. CUNHA, Sieglind Kind da Cunha. MEZA, Maria Lucia Meza. SOUZA, Regina Márcia Brolesi Souza. TOLFO, Suzana da Rosa. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia Argumento** 2010 out./dez., 28(63), 337-349. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20309>>. Acesso: 10 Jun. 2018. p. 345.



escolaridade, estudos apontam que as assimetrias elencadas possuem uma alteração demasiadamente lenta. A situação torna evidente a necessidade de implementar políticas públicas afirmativas que auxiliem essa questão, como a elaboração de políticas específicas para ampliar a cobertura da proteção social da mulher, especialmente em termos de saúde, aposentadoria ou pensões e apoio com o cuidado infantil através da implementação de creches.

O relatório global da OIT, que analisou as perspectivas sociais e de emprego no mundo em 2017, recomenda para melhorar a igualdade das condições de trabalho e reformular os papéis de gênero ações de inclusão e promoção da mulher no mercado. Desta forma, destaca-se entre essas políticas: a busca pelo equilíbrio entre a família e o trabalho, a exemplo da licença maternidade e paternidade; garantia da igualdade de remuneração por trabalho de igual valor; combate de as causas profundas da segregação ocupacional e setorial como incentivar a mulher a buscar empregos formais; reconhecimento, redução e redistribuição das tarefas de cuidado não remuneradas; prevenção e eliminação da discriminação, a violência e o assédio contra mulheres e homens no mundo do trabalho.<sup>144</sup>

Contudo, é preciso ressaltar que o contexto fático para aprovação de medidas, como as descritas pela OIT, que vislumbre a promoção de direitos sociais da mulher ao trabalho é nebuloso. Um dos motivos para estagnação ou retrocesso é que a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres criada em 2003 perdeu o status de ministério e, em 2016, passou a ser um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o que ocasionou uma desestruturação institucional do combate às desigualdades de gênero e ao racismo em âmbito do Estado devido a perda de autonomia e recursos.<sup>145</sup>

Por fim, o importante é reconhecer que todos os dados demonstram para questão de gênero no Brasil como um problema a ser enfrentado que reflete no mercado de trabalho e precisa da atenção do Estado para assegurar a igualdade prevista constitucionalmente. O primeiro passo é reconhecer que a desigualdade entre os sexos, bem como raça e classe, existe e buscar, através da representatividade feminina nos espaços de poder e da participação e atuação da mulher frente ao

<sup>144</sup> Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: Tendencias del empleo femenino 2017. OIT. 23 de Out. 2017. Disponível em: <[https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends-for-women2017/WCMS\\_557245/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends-for-women2017/WCMS_557245/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 10 Set. 2018.

<sup>145</sup> BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Birolí. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018. p. 202

Estado, às reivindicações de combate a discriminação da mulher e divisão sexual do trabalho.

## 4 O CONTEXTO DA REFORMA TRABALHISTA PARA AS MULHERES: MAIS DO MESMO OU DISCRIMINAÇÃO INDIRETA?

“As leis são teias de aranha pelas quais as moscas grandes passam e as pequenas ficam presas.”<sup>146</sup>

O Direito do Trabalho é vital para o conflito entre empregados e empregadores, pois representa o fator de equilíbrio entre o capital e o trabalhador assalariado. A partir dos anos 90, o direito laboral brasileiro começou a sofrer modificações que, aos poucos, abrandaram sua intervenção dentro das relações de trabalho. A Reforma Trabalhista corresponde ao ápice desse movimento, refletido muito bem na célebre frase de Zigmunt Bauman “Flexibilidade é o slogan do dia”<sup>147</sup>. Assim, consubstanciado aos dados e conclusões feitas até aqui sobre o direito social da mulher ao trabalho, o primeiro ponto deste capítulo procura entender a conjuntura da flexibilização historicamente delineada até a aprovação da Lei nº 13.467/17, para que no segundo ponto seja possível refletir as alterações da jornada de trabalho e, por fim, no terceiro ponto fazer uma análise dos impactos no capítulo da mulher e da trabalhadora autônoma após a Reforma Trabalhista.

### 4.1. A FLEXIBILIZAÇÃO

Segundo o dicionário, o termo “flexibilidade” pode ser descrito como a qualidade do que é flexível ou maleável <sup>148</sup>. Flexível, por sua vez, significa aquilo que se pode curvar ou dobrar com facilidade, o que se distende facilmente sem quebrar ou o que se adapta bem a diferentes atividades ou funções, entre outros conceitos.<sup>149</sup> No âmbito trabalhista, o substantivo flexibilidade, se não acompanhado pelo viés constitucional e pela capacidade crítica que deveria ser inerente ao Direito, torna-se

<sup>146</sup> Honoré de Balzac.

<sup>147</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.166

<sup>148</sup> Flexibilidade. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda. 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/flexibilidade>> Acesso em 17 Mai. 2018.

<sup>149</sup> Flexível. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda. 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/flexivel/>> Acesso em 17 Mai. 2018.

ato ou efeito de flexibilizar as relações entre empregado e empregador, sendo essa a causa do abrandamento ou eliminação de leis ou normas.<sup>150</sup>

Engana-se aquele que afirma que a flexibilidade foi criada pelo empregador. Em sua gênese ela nasceu com trabalhadores livres, presentes nas tribos indígenas, camponeses, pequenos produtores rurais e urbanos, que escolhiam os momentos de labor. Ao decorrer da história, os homens perderam a autonomia de decisão.<sup>151</sup> No século XIX o labor foi reconhecido como fonte de riqueza, uma necessidade econômica e um dever moral, coercitivo e disciplinar. Porém, com a Revolução Industrial, não é mais a coerção que concretiza a relação de trabalho, mas a contratualização<sup>152</sup>. Para diferenciar o contrato de trabalho com demais contratos de locação de mão de obra regulados pelo Direito Civil Clássico houve a tentativa de compatibilizar a liberdade de trabalho com relação de dependência<sup>153</sup> e efetivamente enrijeceu, quase totalmente, a distribuição dos horários laborais com a manutenção de jornadas repetidas.<sup>154</sup>

Nota-se que o modo capitalista de produção faz com que a liberdade do trabalhador se restrinja à possibilidade de venda de seu único bem: sua mão de obra. Herbert Marcuse afirma que há uma identificação do assalariado com o labor ou com o salário personificado, portanto tal pensamento constitui o trabalho como mercadoria, um bem negociável que torna o trabalhador “homem livre”, revestindo-o na qualidade de sujeito de direito.<sup>155</sup> Apesar dessa correlação, acrescenta-se aqui que a venda

<sup>150</sup> Flexibilização. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda. 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/flexibiliza%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em 17 Mai. 2018.

<sup>151</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p. 21

<sup>152</sup> MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009. p.24- 25.

<sup>153</sup> Segundo Machado, o trabalho dependente remete a um trabalho cuja execução se dá sob a autoridade de um empregador, que tem o poder de dar ordens, de controlar a execução do trabalho e impor sanções disciplinares. Daí surge o primeiro paradoxo no tocante à subordinação jurídica: “a submissão do operário trabalhador se justifica pela afirmação teórica da liberdade contratual”, ou ainda, a liberdade de trabalho se mostra de maneira ambígua diante da exigência de uma relação de dependência e de subordinação. MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009. p.25- 26.

<sup>154</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p. 21

<sup>155</sup> MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Tradução de Marília Barroso. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 279.

dessa força de trabalho de maneira indevida ao longo da vida acarreta uma forma de escravização, pois expressa a individualidade viva do trabalhador.<sup>156</sup>

O principal padrão de trabalho à época moderna foi o denominado modelo fordista. Suas características principais são marcadas pela produção em massa de produtos e pela padronização laboral, por intermédio de um grande número de empregados e empregadas subordinados a um contrato de trabalho. Nesse contexto, destaca-se o primeiro e mais valioso pronunciamento de poder no capitalismo: o controle do tempo. Nele há uma apropriação do empregador pelo tempo de vida e, indiretamente, pelo modo de vida estabelecido dentro de determinada ética, aos seus empregados durante sua jornada.<sup>157</sup>

Wilson Ramos Filho elucida que dentro de uma mesma jornada de trabalho produtivo há o que os economistas denominam de trabalho necessário, que é o tempo para produzir uma quantidade de bens ou de serviços na proporção do que efetivamente lhe é pago, e o trabalho excedente ou sobretrabalho, produto do tempo restante dessa mesma jornada laboral. A segunda parcela dessa jornada não é revertida para o obreiro, ou seja, o que se excede é o convertido para seu empregador e assim se produz a chamada mais valia.<sup>158</sup>

A jornada laborativa, permeada por essa nova lógica cronológica, encontra-se submetida por dois limites, nos quais é permitido interpretar as mudanças temporais de sua duração. O primeiro tem uma origem natural, pois é determinado pela capacidade de resistência do ser humano ao ofício, e o outro tem uma base social, é o resultado das conquistas e das perdas dos movimentos empregadores, empregados, categorias sociais afins e sindicatos.<sup>159</sup>

Tal explicação é inserida por Sadi Dal Rosso ao incluir a duração das jornadas como um dos componentes da teoria do valor trabalho. Essa tese é construída mediante a dedução de que a valoração de uma mercadoria assenta-se na fixação do tempo de trabalho abstrato socialmente essencial para sua produção, sendo que esse ofício contém uma interface empírica calcada no real — o conjunto de horas

<sup>156</sup> MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**, p. 36.

<sup>157</sup> RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho: uma crítica ao modelo de relações de trabalho no Brasil**. Prelo, 2011.

<sup>158</sup> RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho: uma crítica ao modelo de relações de trabalho no Brasil**. Prelo, 2011.

<sup>159</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p. 94

despendidas pela massa trabalhadora. Depende também para engendrar a teoria do valor trabalho: i) a duração da jornada, ii) a produtividade dos diferentes sistemas de produção existentes e iii) o grau de intensidade empregado na realização do ato de trabalho. Nesse sentido, o autor chama atenção para separação conceitual entre produtividade, explicada como ganhos de rendimento unitário por meio da inserção de elementos tecnológicos ou da qualidade de reorganização do sistema laboral, sem o aumento de mão de obra, e o conceito de intensidade, exposta como compensação à redução das horas laborais, em detrimento da elevação da energia empregada para a manutenção da produção de valor.<sup>160</sup>

Hoje o processo de mudança na esfera produtiva das sociedades capitalistas culminou em transformações na organização social do trabalho. O modelo substituto da sociedade pós industrial floresce permeado por uma acumulação flexível que reflete na fragmentação das formas e postos de ocupação e, por consequência, no perfil dos trabalhadores e das trabalhadoras.<sup>161</sup>

A flexibilidade é a característica fundamental do trabalho contemporâneo, no conteúdo e na forma. A versatilidade e a multiespecialização, ou seja, a capacidade daquele que labuta em realizar muitas funções de modo criativo, são reflexos desse conteúdo que compõe o conjunto de atividade e habilidades exigidas pelo mercado, e identicamente encaminha o aumento da exploração. Enquanto a forma flexível de trabalho é facilmente observada nas novas relações de trabalhistas que são estabelecidas na era contemporânea, a Lei nº 13.467/17 explorou essas novas formas ao máximo ao criar a jornada a tempo parcial, jornada intermitente, contrato 12 horas por 36 horas de descanso, entre outras possibilidades estabelecidas através da égide do negociado sobre o legislado.

A jornada de trabalho sempre foi um dos motivos centrais das reivindicações laborais. No Brasil, a proteção estatal com relação ao tempo de trabalho, construída pela efetiva luta e mobilização dos trabalhadores em decorrência da consciência de classe, teve avanço com os decretos de 1932 até 1934, os quais limitaram a jornada de trabalho das diversas categorias para oito horas. Tal conquista foi expandida a

<sup>160</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p. 95 e 96.

<sup>161</sup> FERREIRA, Verônica. O novo e o velho na trabalho das mulheres. **Mulher e trabalho : encontro entre feminismo e sindicalismo**. / Carmem Silva: Maria Betânia Ávila: Verônica Ferreira (orgs.) - Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia: São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. p. 32

todos os trabalhadores com a promulgação da Constituição de 1934 que previu, meio a outros progressos, o trabalho diário não excedente a oito horas com repouso semanal obrigatório em seu artigo 121, § 1º. Frisa-se que o governo instalado no período foi marcado pelo corporativismo, pelo compromisso populista e também pelo modelo fordista.<sup>162</sup>

No ano de 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas instalou um padrão de duração e distribuição laboral híbrido em relação à polarização entre trabalho flexível e trabalho rígido. O padrão misto brasileiro, de um lado, seguiu o modelo rígido internacional presente à época e determinou uma jornada de oito horas diárias e seis dias por semana. No entanto, também flexibilizou tal padrão ao admitir o acréscimo de duas horas excedentes por dia e a chance compensação, duas regras que raramente foram previstas por outros países.<sup>163</sup>

Durante a década de 90, o Brasil vivenciou momentos de crise, inflação, recessão, desemprego e violência que tiveram impacto no arranjo institucional construído, a partir disso, a legislação do trabalho passou a se moldar aos interesses e a flexibilidade do mercado.<sup>164</sup> A incapacidade de fiscalização estatal e a sindicalização enfraquecida fez com que, ao lado dos ofícios regulamentados, operassem modalidades como as horas extras, do uso do contrato temporário, do trabalho eventual, dos sistemas de diárias, dos "contratos" informais, das empreitadas. Tais acontecimentos antecipam a onda de flexibilização dos anos 1990 que Sadi Dal Rosso chama de flexibilidade pré regulamentada.<sup>165</sup>

Marcos importantes da elasticidade da composição das horas trabalhadas foram: a implementação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, que veio substituir a estabilidade do emprego; a instituição do banco de horas, ato de grande repercussão, criado por meio do artigo 6º da Lei nº 9.601 de 1998, que teve por objetivo a erradicação de tempos mortos dentro das jornadas laborais; a regularização nas atividades de comércio aos domingos e dias de feriados pela Lei

<sup>162</sup> FONSECA, Maíra Silva Marques da. **Redução da jornada de trabalho a partir da análise do sistema capitalista de produção**. Curitiba, 2011. p. 96-103.

<sup>163</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p.48

<sup>164</sup> MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009. p. 64- 65.

<sup>165</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p.48

nº10.101 de 2000; o trabalho a tempo parcial sancionado pelo artigo 1º da Medida Provisória nº2.164 de 2001; os regimes excepcionais de 12 por 36 viabilizado pela Súmula nº444 do Tribunal Superior do Trabalho em 2012; além da transformação de turnos ininterruptos por turnos de revezamento por decisão unilateral da empresa.<sup>166</sup> Ao mesmo tempo, pode-se citar dois novos processos de desregulação do trabalho que foram a contratação de trabalhadores para prestação de serviços intelectuais de natureza artística, científica ou cultural, por meio de pessoas jurídicas, sem relação de emprego, previsto no artigo 129 da Lei 11.196/05, bem como o trabalho autônomo decorrente do transporte de cargas, instituído pela Lei nº11.442/07, artigo 5.<sup>167</sup>

É essencial notar que tais mudanças observadas na organização produtiva acarretaram em transformações na organização do tempo individual e coletivo, com uma tendência clara de valorização da autonomia, o que resulta em uma diluição da subordinação jurídica, porque o controle do tempo e ritmo de trabalho é medida do controle, da subordinação e da produção. No modelo clássico, o trabalho subordinado correspondia à sujeição do trabalhador ao empregador durante a jornada de trabalho, tal fato tornava evidente a distinção entre o tempo de trabalho (tempo de sujeição) e o tempo de não trabalho (lazer). A partir da introdução do sistema flexível de compensação de jornada há o desaparecimento da ruptura entre o tempo de trabalho (tempo de sujeição) e o tempo de não trabalho (lazer), pois não se identifica onde começa ou onde termina a jornada de trabalho. Antes o único recurso para a flexibilização da jornada era o labor em horas extras, enquanto a tendência recente é intensificar o uso de modalidades de contrato de trabalho atípicos e o subcontrato para evitar a jornada extraordinária.<sup>168</sup>

Maíra da Silva Marques da Fonseca ressalta a incompatibilidade entre os preceitos norteadores da Constituição de 1988, sob os ideais de justiça social e valorização do trabalho, e a implementação exagerada de medidas flexibilizadoras no

<sup>166</sup> ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. p.47- 50.

<sup>167</sup> MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009. p. 64.

<sup>168</sup> MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009. p. 67-71.



Direito do Trabalho. A jurista afirma que a economia não pode ser servida pela humanidade, mas deve estar a favor dela.<sup>169</sup>

Não obstante, essa incompatibilidade é a marca da Lei nº13.467/2017 aprovada pelo Governo Temer. Ao procurar corresponder às necessidades do mercado perante a crise econômica do Brasil, a saída estatal foi a eliminação e/ou bloqueio de diversos direitos trabalhistas. Porém a ideia de que a proteção ao trabalhador limita o crescimento da economia, senão é uma falácia, ao menos é um entendimento raso, pois o salário-mínimo/hora no Brasil é cerca de R\$ 4,00, ou seja, o custo do trabalho é extremamente reduzido em comparação ao cenário internacional. A mesma base salarial relacionada à Austrália é de R\$ 40, sendo nos Estados Unidos R\$ 23, na Alemanha R\$ 25, na Espanha R\$ 17 e, comparando com os países vizinhos, no Chile R\$ 6,00.<sup>170</sup>

Um apontamento dessa obstrução é a mitigação do princípio da norma mais favorável em prol do princípio do negociado pelo legislado. O primeiro deriva do princípio basilar ao Direito do Trabalho, o princípio da proteção, e funciona no sentido de favorecer o trabalhador com a norma mais benéfica nos casos em que houver mais de uma norma aplicável, ainda que não corresponda aos critérios clássicos de hierarquia de normas.<sup>171</sup> Enquanto o segundo, previsto no artigo 611-A da nova CLT, discorre sobre a possibilidade do sindicato negociar, inclusive para pior, em todas as matérias dispostas no dispositivo. Sendo assim, a convenção coletiva ou o acordo coletivo prevalece perante a lei em pontos sensíveis, tal como a jornada de trabalho, o banco de horas anual, os intervalos intrajornadas e até mesmo sobre a prorrogação de jornada em ambientes insalubres, consistindo rol meramente exemplificativo e não taxativo.<sup>172</sup>

É interessante destacar que a flexibilização das negociações coletivas já havia sido proposta no governo Fernando Henrique Cardoso; à época foi pensado no ajuste

<sup>169</sup> FONSECA, Maíra Silva Marques da. **Redução da jornada de trabalho a partir da análise do sistema capitalista de produção**. Curitiba, 2011.

<sup>170</sup> TRINDADE, Rodrigo. Conveniência, legitimidade e oportunidade da reforma trabalhista. **ANAMATRA: Associação dos magistrados da Justiça do Trabalho**. Disponível em: <goo.gl/z56dwV>. Acesso em: 12.agosto. 2018.

<sup>171</sup> PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios de direito do trabalho**; tradução de Wagner D. Giglio. – 3. ed. atual. – São Paulo: LTr, 2000. p. 43.

<sup>172</sup> ANDRADE, Roberta Laís Machado Martins. MORAIS, Fernando Franco. Reforma das normas trabalhistas em meio à crise econômica no Brasil. **Revista constituição e garantia de direitos**. ISSN 1982-310X. 2017. p. 195.

do artigo 620 da CLT, firmando o conceito de “negociação coletiva ampla”. Em 2005, o governo Lula patrocinou a ideia por meio um programa de metas para reformar tais negociações, que ficou conhecida pelo nome de “Projeto Berzoini” (Ministro do Trabalho em 2005). A novidade da reforma de 2017 reside no dispositivo do parágrafo único do artigo 444, o qual garante que a prevalência sobre a lei seja aplicada, também e nas mesmas hipóteses do artigo 611- A, para acordos individuais nos quais o trabalhador tenha diploma de ensino superior e receba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.<sup>173</sup>

As alternativas encontradas pelos pensadores da Reforma Trabalhista, ao optar por uma filosofia mais liberal, parecem esquecer do verdadeiro papel do Direito do Trabalho, que é servir ao processo de juridificação do conflito entre empregado e empregador para compensar a diferença econômica entre os polos. Observa-se que não só ocorreu uma flexibilização das normas com objetivo amenizar a mediação do Estado, mas também foi permitido uma desregulamentação dos direitos trabalhistas por meio da busca pela autonomia da vontade.<sup>174</sup>

O que se extrai do histórico de flexibilização brasileira, portanto, é a valorização da “autonomia” no trabalho que ignora o desequilíbrio existente entre empregado e empregador. Assim, a Reforma Trabalhista, inserida no discurso neoliberal hegemônico, representa um aprofundamento das políticas de cargas laborais e serviços flexíveis para todos e todas as trabalhadoras. Deve-se somar a isso o fato de que os trabalhos flexíveis, a tempo parcial, autônomos e precários são majoritariamente ocupado por mulheres, principalmente, às negras e as de renda baixa.

#### 4.2 A JORNADA DE TRABALHO DA MULHER E A REFORMA

A divisão sexual do trabalho é precondição para flexibilidade do trabalho, pois, segundo Helena Hirata, enquanto aos homens vincula-se a flexibilidade interna, ou

<sup>173</sup> SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista** / Homero Batista Mateus da Silva.- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017. p. 112 e 68.

<sup>174</sup> ANDRADE, Roberta Laís Machado Martins. MORAIS, Fernando Franco. Reforma das normas trabalhistas em meio à crise econômica no Brasil. **Revista constituição e garantia de direitos**. ISSN 1982-310X. 2017. p. 189.

seja, a polivalência, a rotação de tarefas, a integração e o trabalho em equipe; a mão de obra feminina concerne primordialmente à flexibilidade externa através de empregos precários, trabalho de tempo parcial ou trabalho em horários atípicos. Observa-se então que o volume do emprego e o tempo de trabalho flexíveis são impostos às mulheres.<sup>175</sup>

A teoria exposta é comprovada por meio dos dados veiculados em abril de 2018 no site do IBGE. De acordo com a notícia, a predominância feminina nas tarefas domésticas faz com que as ocupações por tempo parcial seja maior entre elas: 28% exercem uma jornada de até 30 horas semanais, enquanto aos homens esse número é de 14,1%. Nas regiões Norte e Nordeste a proporção de mulheres passa de 36%.<sup>176</sup> Sendo assim, a reforma trabalhista aprovada em 2017 atinge as mulheres de maneira mais intensa justamente por elas serem as maiores destinatárias de atividades laborais nas modalidades mais flexíveis.

Segundo dossiê sobre reforma trabalhista, “Os contratos em tempo parcial têm nitidamente um viés de gênero e estimulam a flexibilização de contratos para as mulheres”. O problema é: os trabalhos por contratos parciais e temporários são aqueles que geram maior desproteção social aos empregados e empregadas. Mas criam-se essas formas de contratação como a única condição de garantir empregos para todos o que justificaria a essa desproteção.<sup>177</sup> Há um lado positivo que é a criação de novos postos de trabalho, por outro temos a negação de vários direitos, como as estabilidade temporárias ( inclusive grávidas), o aviso prévio, a multa do FGTS, o seguro - desemprego, além do direito a férias remuneradas.<sup>178</sup> Lembra-se do elevado número de mulheres em jornadas parciais diz respeito às jornadas diferenciadas, especialmente nas áreas de educação, saúde e serviços sociais em que o sexo feminino predomina.

<sup>175</sup> HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo : Boitempo, 2002. p. 93

<sup>176</sup> Editoria: Estatísticas Sociais. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. **Agência de Notícias- IBGE**. 07 Mar. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html>> Acesso em 25 Maio. 2018.

<sup>177</sup> TEIXEIRA, Marilane Oliveira; GALVÃO, Andréia et al. (Organizadores). Contribuição crítica à reforma trabalhista. **Dossiê reforma trabalhista (em construção)**. Campinas, Unicamp, 2017. p. 36-37.

<sup>178</sup> TEIXEIRA, Marilane Oliveira; GALVÃO, Andréia et al. (Organizadores). Contribuição crítica à reforma trabalhista. **Dossiê reforma trabalhista (em construção)**. Campinas, Unicamp, 2017. p. 36-37.

Já sobre o contrato de trabalho temporário adverte-se que de sua implementação, em 1974, a duração estipulada em 90 dias ampliou-se sob o governo Temer para 180 dias, com a possibilidade de prorrogação até 270 dias sem qualquer restrição quanto à sua utilização, conforme o artigo 4, A. Assim, o trabalhador pode chegar a laborar nove meses na empresa e não ter direito às estabilidade temporárias neste trabalho com tempo determinado. A mulher nessa modalidade é afetada pela falta de estabilidade, principalmente na gravidez, o que ocasiona discriminação dos empregadores em relação ao sexo feminino. A lógica de criação de empregos do legislador da reforma pode ocasionar um deslocamento dos empregados fixos e diretos para os trabalhos intermediários e temporários. Isso, pode estimular, por meio da intenção de baratear ao máximo os custos de admissão e dispensa, ainda mais a rotatividade que caracteriza o mercado brasileiro e causando mais a precariedade.<sup>179</sup>

O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para seu retorno, as chamadas horas *in itinere*, teve sua disposição completamente eliminada. Sem a reforma, observadas as condições fixadas no anterior artigo 58 da CLT, esse tempo itinerante era componente da jornada do obreiro. Fato que configura perda para o trabalhador tanto no desgaste do trabalho quanto da substancial redução de sua renda salarial.<sup>180</sup> As horas *in itinere* impactam nas mulheres como um terceiro ponto que agrava fortemente a dupla jornada enfrentada cotidianamente. Observa-se que na pesquisa do SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia, junto ao Data Popular, com planejamento e supervisão do Instituto Patrícia Galvão, no Projeto Mais Direitos e Mais Poder e com apoio da ONU Mulheres, um dos pontos levantados com maior ênfase sobre as dificuldades enfrentadas diariamente para conciliar a dupla jornada feminina foi o tempo gasto com o deslocamento, citado por 64% das entrevistadas. O trajeto para casa das entrevistadas apareceu como um verdadeiro vilão.<sup>181</sup> A

<sup>179</sup> TEIXEIRA, Marilane Oliveira; GALVÃO, Andréia et al. (Organizadores). Contribuição crítica à reforma trabalhista. **Dossiê reforma trabalhista (em construção)**. Campinas, Unicamp, 2017. p.37.

<sup>180</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho** / Maurício Godinho Delgado. - 17.ed.rev.atual. e ampl.- São paulo: LTr, 2018. p. 121.

<sup>181</sup> MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf)> Acesso em: 04 Ago. 2017. p. 70-73.

questão é ainda mais delicada no tocante às mulheres da área rural, local onde normalmente o deslocamento é mais complicado.

Entre as medidas flexibilizadoras da jornada houve uma ampliação dos mecanismos de compensação por meio do banco de horas, que possui uma fraca restrição e pode ser acordado individualmente, e, ainda, regulamentou-se a jornada de 12 x 36 horas para todos os setores.

A última mudança destacada com a nova redação da lei trabalhista é a revogação do artigo 384, CLT,<sup>182</sup> que previa o direito às mulheres do intervalo de 15 minutos antes do labor extraordinário. O dispositivo já foi objetivo de litígio no Recurso Extraordinário 658.312/SC que ensejou no embate jurídico sobre a recepção dessa norma perante os artigos 5, I, e 7, XX, da Constituição Federal <sup>183</sup> dada a plena igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres. A decisão da Corte Constitucional, assim como já era dos Tribunais Superiores do Trabalho, foi no sentido de reconhecer a recepção dispositivo.<sup>184</sup>

O relator, Ministro Dias Toffoli, acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello, Rosa Weber e Cármen Lúcia, afirmou que o artigo 384 possuía aspectos de evidente desigualdade de forma proporcional. Explicou o relator que as disposições constitucionais e infraconstitucionais não impedem que ocorram tratamentos diferenciados, desde que existentes elementos legítimos para tal e que as garantias sejam proporcionais às diferenças ou definidas por algumas conjunturas sociais.

Assim, foi destacado, à época do litígio, três pontos importantes para o direito afirmativo em prol das trabalhadoras em sua jornada extraordinária. O primeiro foi a consideração histórica da exclusão da mulher do mercado regular de trabalho e imposição de políticas públicas ao Estado. O segundo foi o componente orgânico e biológico, pois é certo a menor resistência física da mulher. Por fim, apontou o componente social, acarretado pela dupla jornada feminina. Os últimos dois pontos

---

<sup>182</sup> “Art. 384 - Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.” CLT/1943.

<sup>183</sup> Art. 5º - I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; e Art. 7º - XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

<sup>184</sup> STF- RE: 658312 Santa Catarina, Relator: Min. Dias Toffoli, Data de julgamento: 27 nov. 2014, Tribunal Pleno, Data da Publicação: 10.Fev.2015. Tramitação: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4145394> Acesso: 14. Mai.2018

foram consagrados como fundamentais na argumentação do acolhimento do artigo pleiteado.<sup>185</sup>

Toffoli reiterou que a norma tinha conformidade à recepção dos tratados e das convenções internacionais, tais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que foi ratificada pelo Brasil em 1 de fevereiro de 1984 ou a Convenção 100/51, tratando da não discriminação em relação aos salários dos homens e das mulheres. Ademais, observou para existência de outras normas infraconstitucionais que promovem um tratamento diferente entre os sexos, como é a Lei Maria da Penha ou o licenciamento dos militares temporários.<sup>186</sup>

O julgado é importante para demonstrar o reconhecimento pelo órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, sobre existência de uma disparidade entre os gêneros dentro mercado de trabalho. Mauricio Godinho afirma que a retirada de direitos das mulheres é uma conduta legislativa contrária ao espírito constitucional de 1988, pois não promove a equidade material entre os sexos e não leva em conta as particularidades femininas. Afirma que o argumento pragmático sobre a inaplicabilidade do dispositivo foi resolvido pela CLT no artigo 71, § 4º, que determina o pagamento do respectivo período do intervalo não observado no plano concreto da relação de emprego.<sup>187</sup>

Os pontos tratados já demonstram que a jornada laboral, dentro dessas novas regras, foi flexibilizada ao extremo, o que já caracteriza uma fragilidade ao princípio da proteção ao trabalhador. Porém a nova lógica do direito laboral encontra seu ápice no princípio do negociado sobre o legislado, que atendeu os anseios dos liberais econômicos e permitiu aos agentes sociais estabelecer diversas das condições de trabalho, previsto no artigo 611-A. O dispositivo é uma das diretrizes do “novo” direito

<sup>185</sup> STF- RE: 658312 Santa Catarina, Relator: MIn. Dias Toffoli, Data de julgamento: 27 nov. 2014, Tribunal Pleno, Data da Publicação: 10.Fev.2015. Tramitação: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4145394> Acesso: 14. Mai.2018. p. 4.

<sup>186</sup> STF- RE: 658312 Santa Catarina, Relator: MIn. Dias Toffoli, Data de julgamento: 27/11/2014, Tribunal Pleno, Data da Publicação: 10/02/2015. Tramitação: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4145394> Acesso: 14/05/18. p.8-9.

<sup>187</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **A reforma trabalhista no Brasil : com os comentários à Lei n. 13.467/2017** | Maurício Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado. - São Paulo : LTr, 2017. p. 149

do trabalho, em que se regulamentou que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei.<sup>188</sup>

Nessa lógica e nos termos do parágrafo único artigo 444<sup>189</sup>, os casos em que o empregado tenha ensino superior com remuneração igual ou superior ao teto de benefícios da Previdência Social é possível que ele estabeleça também acordos celebrados individualmente entre o obreiro e o empregador, acima das próprias

<sup>188</sup> “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

- I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;
- II - banco de horas anual;
- III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;
- IV - adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015;
- V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;
- VI - regulamento empresarial;
- VII - representante dos trabalhadores no local de trabalho;
- VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;
- IX - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;
- X - modalidade de registro de jornada de trabalho;
- XI - troca do dia de feriado;
- XII - enquadramento do grau de insalubridade;
- XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- XIV - prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo;
- XV - participação nos lucros ou resultados da empresa.

§ 1º No exame da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho observará o disposto no § 3º do art. 8º desta Consolidação.

§ 2º A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho não ensejará sua nulidade por não caracterizar um vício do negócio jurídico.

§ 3º Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.

§ 4º Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando houver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.

§ 5º Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes necessários, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos.” BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm)>. Acesso em: 03 Ago.2018.

<sup>189</sup> Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Parágrafo único. A livre estipulação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

normativas laborais. Há uma construção de outra racionalidade que é diferente da trabalhista, norteadas pelo princípio da proteção, pois prevalece no artigo 444 a noção do direito civil de autonomia da vontade. Reginaldo Melhado comenta que esse trabalhador, denominado de hipossuficiente, é um conceito inconstitucional por violar o princípio da isonomia, previsto no artigo 5º da CF, a proibição da distinção entre o trabalho manual técnico e intelectual do artigo 7º, XXXII do ordenamento superior, bem como às normas da Convenção nº 111, da OIT sobre a vedação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.<sup>190</sup>

Há várias outras combinações entre o trabalhador e o patrão que se alargam e são possíveis de serem estabelecidas, por exemplo, o contrato de trabalho intermitente que regulariza o chamado “bico”, a redução dos intervalos para repouso e alimentação dentro da jornada, o contrato a domicílio sob a versão atual do teletrabalho, sem limite de jornada, entre outros pontos, que tolhem os direitos trabalhistas.

Dessa forma, as combinações de tempo de trabalho alteradas indicam quatro alterações que merecem destaque: (i) o tempo de vida laboral estar mais disponível para utilização da empresa; (ii) a possibilidade de extensão da jornada; (iii) o pagamento somente sobre o resultado, e não mais sobre as horas à disposição da empresa; (iv) ampliação da intensidade do trabalho realizado.<sup>191</sup> Esses efeitos consagram problemas a todos os trabalhadores, mas especialmente àqueles já precarizados, como são as mulheres, sobretudo, com o acréscimo do recorte de classe e raça.

Não se pretende adentrar em todas as mudanças tratadas, mas observar que, em algum grau, as normas da Lei nº 13.467/2017 refletem na questão de gênero e na divisão sexual do trabalho. A dimensão simbólica de justificação do modo de produção capitalista ultrapassa a perspectiva ingênua. É perceptível que, nesse processo de

<sup>190</sup> MELHADO, Reginaldo. Trabalhador pseudossuficiente: a hipossuficiência do conceito de autonomia da vontade na “reforma trabalhista”. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista** / Coordenadores Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo. – 1.ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 148-150.

<sup>191</sup> KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva, pp. 77-104. Tempo Social, **revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 1. p. 88.



acumulação de capital, a atividade econômica isenta de valores constata a exigência de uma luta por justiça social.<sup>192</sup>

#### 4.3 ALTERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER E A EMPREGADA AUTÔNOMA

A alteração de duzentos e um aspectos das normas trabalhistas fez diversos juristas afirmarem que a Lei nº 13.467, aprovada em 2017, não se trata de uma reforma, mas de um desmonte de direitos. Nesse sentido, a sistematização das principais mudanças foi elencada através de quatro conteúdos centrais: primeiro, as formas de contratação e facilidades para despedir; segundo, a jornada de trabalho; terceiro, a remuneração da jornada e; por último, as condições de trabalho, principalmente em relação aos direitos que afetam a saúde e segurança no trabalho.<sup>193</sup>

Todos os pontos mencionados acima afetam as mulheres direta ou indiretamente. No tocante àquelas mudanças que as impactam diretamente, estão as mudanças ocasionadas pela reforma da lei trabalhista no Capítulo III do Título III, que trata das normas especiais de tutela do trabalho, o qual abrange regras de proteção à mulher e ao seu trabalho.

Além da revogação do artigo 384, CLT, que garantia o intervalo feminino de 15 minutos antes do início das horas extras e que foi já comentado, no interior do Capítulo III foram afetados pela nova lei: a) revogação do parágrafo único do artigo 372 da CLT; b) nova redação para o conjunto do artigo 394-A da CLT; d) inserção de novo § 2º no artigo 396 da CLT.

O parágrafo único do artigo 372 da CLT<sup>194</sup> já antes da Reforma Trabalhista não vigorava na ordem jurídica devido à preceitos constitucionais firmemente imperativos,

<sup>192</sup> SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros : nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed rev. e ampl. / Jessé Souza ; colaboradores Brand Arenari... [et al.]. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012. 404 p. – (Humanitas). p. 31

<sup>193</sup> KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva, pp. 77-104. Tempo Social, **revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 1. p. 91. Fonte: Galvão et al., 2017. Dossiê Reforma Trabalhista. p. 91.

<sup>194</sup> “Art. 372. Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este Capítulo.

Parágrafo Único. Não é regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho”.

como o artigo 5º, caput e I, da Constituição de 1988. O dispositivo embora não tenha sido expressamente revogado à época da promulgação da Constituição também não havia sido recepcionado, pois era visivelmente incompatível com o princípio da igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres, bem como criava a distinção entre o trabalho a domicílio e trabalho em outros locais. Por isso, o artigo 372 foi, segundo Delgado, corretamente revogado pela Reforma Trabalhista devido ao artigo 5º, I, "h", da Lei nº 13.467/2017.<sup>195</sup>

Em contrapartida, a desproteção à mulher enquanto gestante e lactante foi uma das maiores críticas à reforma feitas pelos juristas do direito laboral. Antes, a norma trabalhista anterior, Lei nº 13.287 de 2016, discorria: “A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre”. Porém, a nova CLT, alterando o conjunto do artigo 394-A<sup>196</sup>, prevê o afastamento imediato apenas para a insalubridade em grau máximo e durante a gestação. Nos casos em que a insalubridade for em grau médio ou mínimo o afastamento está condicionado à apresentação de atestado médico, ou seja, o afastamento não será concedido para a gestante que não apresente o atestado. Além disso, o afastamento por insalubridade exclui a lactante. A mulher em período de amamentação submetida a condições insalubres em qualquer grau, inclusive grau máximo, não possui mais o direito ao afastamento, segundo essa norma.

<sup>195</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **A reforma trabalhista no Brasil : com os comentários à Lei n. 13.467/2017** | Mauricio Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado. - São Paulo : LTr, 2017. p. 148-149.

<sup>196</sup> Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de:

I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação;  
II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação;

III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação.

§ 2º Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 3º - Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada nos termos do caput deste artigo exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, durante todo o período de afastamento.

O preceito normativo 394-A havia sido incorporado apenas um ano antes da promulgação da reforma trabalhista, alterando-lhe o seu caput e lhe inserindo os incisos I, II e III, além dos §§ 2º e 3º. Quanto ao § 1º, foi apenas renumerado do antigo parágrafo único, mas se mantendo vetado desde a sua origem, o que chama atenção pelo erro material, já que faz referência a um dispositivo legal que sequer existe. Tais mudanças passaram da restrição severa para liberação total do trabalho da gestante em ambiente insalubre, claro retrocesso na salvaguarda jurídica da vida e da saúde da gestante e do nascituro no momento em que inverte a presunção absoluta de dano.

O adicional de insalubridade quando determinado pelo legislador teve o intuito de compensar monetariamente o obreiro que se expõem diariamente a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância permitidos no ambiente de trabalho. O adicional cabido aos trabalhadores que são expostos a locais insalubres está previsto no artigo 192 da CLT, tem natureza salarial<sup>197</sup> e possui três categorias - grau máximo, médio e mínimo. Destaca-se que para tal enquadramento é necessário que a atividade esteja listada pelo Ministério do Trabalho<sup>198</sup> e tenha sido submetida a perícia técnica, comprovando as condições de salubridade do meio laboral do empregado.

Homero Batista Mateus da Silva salienta para o fato de que na realidade prática há poucas hipóteses de insalubridade em grau máximo estabelecidas na NR 15. Há grau máximo somente no contato com alguns agentes químicos e biológicos em risco exacerbado, como por exemplo, centro cirúrgicos, limpezas de bueiros e trabalho em necrotérios; ou, atividades que lidam com radiação ionizante e com pressões elevadas para trabalhadores submersos. Contudo, do ponto de vista numérico, a maioria dos anexos da portaria do MTE fazem referência ao grau médio de exposição, como os ruídos excessivos, os ruídos de impacto, a exposição ao calor e ao frio elevados, radiações não ionizantes, vibrações, umidade e a grande diversidade dos elementos químicos e dos agentes biológicos. Ou seja, o grau da insalubridade passa a ser controlado por instrumentos normativos, podendo inclusive ser estabelecido por negociação do sindicato. A maioria parte das situações das gestantes empregadas

---

<sup>197</sup> “Súmula 139, TST – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais”.

<sup>198</sup> Os critérios técnicos para a caracterização das atividades ou operações insalubres são regulados através da NR-15 da Portaria nº 3.214/78 do MTE, que lista todas as atividades profissionais detentoras do pagamento de insalubridade.

está em serviços com ampla aceitação de mão de obra feminina como centros cirúrgicos, terapias intensivas e salas de radiografia.<sup>199</sup>

Outra finalidade pertinente ao acréscimo salarial de insalubridade, além de compor uma tentativa de consolar a lesão à saúde do trabalhador, é reprimir o comportamento do empregador que expõe seus empregados a tais situações insalubres. Outrossim, busca-se o zelo da empresa em proporcionar um ambiente equilibrado e, conseqüentemente, salvaguardar a saúde dos trabalhadores. Com tais medidas a empresa estará minimizando a incidência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais, o que melhora as relações humanas e aumenta a produtividade do trabalhador. A saúde é tão importante ao ordenamento jurídico que mesmo com o pagamento do adicional de insalubridade o empregador não está imune da responsabilidade civil no que tange a dano material e moral.<sup>200</sup>

É válido lembrar que, de acordo com o artigo 7º, XX da Constituição, é compatível o estabelecimento de práticas diferenciadas, desde que assegurada a proteção em relação ao mercado de trabalho da mulher. Do mesmo modo, a maternidade recebe normatização especial e privilegiada, autorizando condutas e vantagens superiores ao modelo deferido ao homem até mesmo para aquelas que não vivenciaram a gestação ou recente parto, como a licença à gestante de 120 dias estendida também para as mães adotivas (artigo 7º, XVIII).<sup>201</sup>

Delgado destaca também que o período de gestação e recente parto são situações não só vinculadas ao direito ao trabalho como ao direito à saúde, sendo qualificado como relevância pública, segundo o artigo 197 da CF. Além disso, a saúde é direito de todos e dever do Estado (artigo 196 da CF), por isso precisa da implementação de políticas públicas e econômicas para garantir sua efetivação.<sup>202</sup> A aprovação da Lei nº 13.467/2017, no entanto, ignora o cuidado com a saúde da

<sup>199</sup> SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista** / Homero Batista Mateus da Silva.- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017. pg. 63

<sup>200</sup> ALBUQUERQUE, Ana Paula Souza de. A proteção da gestante no ambiente de trabalho insalubre e a aplicação do novo artigo 394-A, da consolidação das leis do trabalho. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62978/a-protecao-da-gestante-no-ambiente-de-trabalho-insalubre-e-a-aplicacao-do-novo-artigo-394-a-da-consolidacao-das-leis-do-trabalho>> Acesso em: 03/08/18.

<sup>201</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**/ Mauricio Godinho Delgado- 17. ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: LTr, 2018. p. 959.

<sup>202</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**/ Mauricio Godinho Delgado- 17. ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: LTr, 2018. p. 959.

gestante e da lactante e desprotege a maternidade e os direitos dos infantes, previstos na Constituição Federal.

No tocante à maternidade, o artigo 396 da CLT, que protege o direito ao descanso especial para amamentação ao filho nos seis primeiros meses de vida, sendo previstas duas pausas de meia hora cada, também foi fragilizado. O legislador determina, com a inserção do § 2º, que esse intervalo passe a valer sob as lentes do princípio do negociado sobre o legislado, pois dispõe que “Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.” A flexibilidade é registrada novamente como um incremento de discriminação sexual no trabalho.

Por fim, outro ponto nocivo aos trabalhadores, que afeta indiretamente a mulher, sobretudo às empregadas autônomas, foi o artigo 442-B<sup>203</sup>, da CLT. A partir desse dispositivo, se cumpridas as formalidades legais na contratação do autônomo, seja essa negociação estabelecida de forma contínua ou não, a autonomia afasta a qualidade de empregado prevista no artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Segundo a OIT, o emprego autônomo pode trazer sérios problemas por carregar o risco de acesso mais restrito aos direitos do trabalhador e à proteção social oferecida.

Mesmo que haja casos de formalização desse autônomo, isso ainda é exceção, esses obreiros atuam diversas vezes sem contrato escrito, sem receber salário e sem seguir as normas legais. Por fim, a reforma vêm e exclui esse trabalhador de vez.<sup>204</sup>

Uma das saídas apresentadas para, corretamente, enquadrar o trabalhador na modalidade autônomo e excluí-lo da categoria empregado está na diretriz hermenêutica da Constituição. Paulo Roberto Lemgruber Ebert diz que a lógica constitucional de 1988 tem como um dos objetivos da República a preocupação com questões sociais e econômicas. Por essa razão, o princípio da dignidade da pessoa humana, da proteção ao trabalhador e da função social da empresa previstos nos artigos 1º, IV, 7º, *caput* e inciso I e 170, da CF impõem ao intérprete do artigo 442-B

<sup>203</sup> Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.

<sup>204</sup> FÁBIO, André Cabette. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho mundial, em 3 pontos. **Jornal Nexo**. 08 Mar. 2018 (atualizado em 06 Jul. 2018). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/08/A-desigualdade-de-g%C3%AAAnero-no-mercado-de-trabalho-mundial-em-3-pontos>> Acesso: 30. Mai. 2018.

da CLT a admissão da regra somente em caráter excepcional, adotando um posicionamento restritivo na aplicação da norma. A interpretação adequada nesse caso é permitir a contratação do trabalhador autônomo com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, quando o caso concreto confirmar que não há subordinação jurídica entre os pretensos tomadores e prestadores de serviço<sup>205, 206</sup>

Sidnei Machado compreende a subordinação jurídica do trabalhador pela ausência de autonomia no exercício de toda atividade, seja essa remunerada ou não, por conta de outrem. Tal conceito continua sendo o referencial de inclusão ou exclusão da proteção social, fundada na ideia moderna de emprego. Por isso, o trabalho autônomo é excluído da tutela do contrato de trabalho a partir da noção jurídica de dependência, que legitima o contrato laboral, o poder do empregador e a sujeição do empregado.<sup>207</sup>

Hoje há uma crise de regulação da noção de subordinação jurídica que foi iniciada por uma transição paradigmática na década de 80 do século XX. Essa crise decorre da tensão em adaptar o modelo clássico e a relação de trabalho industrial (padrão fordista) aos os novos modelos de organização do trabalho e às mudanças mais profundas no sistema produtivo.<sup>208</sup> Logo, para que não aumente o cenário de desemprego e a precarização do trabalhador, é preciso verificar a existência da subordinação jurídica da maneira mais atenta possível ou alargar esse conceito que é critério vital para caracterizar a relação de emprego.

Outro meio de contornar a questão, segundo Homero Batista, é o princípio da primazia da realidade sobre a forma, que norteia do direito do trabalho. Tal princípio deverá analisar a norma em conjunto com as circunstâncias de fato que medeiam a relação, priorizando sempre à realidade e não obrigatoriamente o que está previsto no contrato de emprego.<sup>209</sup> Da mesma forma, Delgado reitera que para o Direito do

<sup>205</sup> Os demais critérios do vínculo de emprego, como a onerosidade, não eventualidade e pessoalidade, na análise formulada podem estar ou não estar presentes.

<sup>206</sup> EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. O trabalhador autônomo na reforma trabalhista e sua compreensão à luz da Constituição Federal. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista** / Coordenadores Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo. – 1.ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2017. p 120 - 126.

<sup>207</sup> MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009. p. 37-39.

<sup>208</sup> MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009, p. 27.

<sup>209</sup> SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista** / Homero Batista Mateus da Silva.- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017. p.68.

Trabalho o que importa é a presença, ou ausência, dos elementos fáticos-jurídicos da relação de emprego, estruturados pelos componentes “trabalho por pessoa física, com pessoalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade”, elencados pelos artigos 3º e 4º, da CLT, não somente ao simples formalismo entre as partes.<sup>210</sup>

Constata-se que nesse ponto, a discriminação de gênero no que toca a questão da trabalhadora autônoma está mais associada à causa ao motivo pelo qual a mulher procura essas ocupações do que propriamente pelo impacto da norma trabalhista em seu cotidiano. Porém, é interessante observar que os juristas, Homero e Delgado, amenizam a nocividade do artigo 442-B para todos os possíveis trabalhadores que não teriam seu vínculo de emprego reconhecido. Assim, pode-se entender que a norma apenas mantém uma realidade pré-existente.

Conclui-se que dentro do capítulo da mulher a nova redação para o conjunto do artigo 394-A da CLT, que condiciona o afastamento da mulher grávida aos trabalhos insalubres em grau médio ou mínimo à apresentação de atestado médico e sequer prevê esse afastamento à lactante, e a inserção de novo § 2º no artigo 396 da CLT, que deixa a empregada negociar diretamente com o empregador seu intervalo de descanso para amamentação são os dispositivos que mais representam o descaso do legislador com as particularidades do sexo feminino. Há um retrocesso aos direitos sociais da saúde e do trabalho feminino, seja diretamente, seja indiretamente.

---

<sup>210</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. **A reforma trabalhista no Brasil : com os comentários à Lei n. 13.467/2017** | Mauricio Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado. - São Paulo : LTr, 2017.

## 5 CONCLUSÃO

“Nenhum país pode desabrochar de verdade se ele poda o potencial das suas mulheres e se priva das contribuições de metade da população.”<sup>211</sup>

A construção do aparato normativo é substanciada pela realidade prática em que está inserido. Assim, sendo o Congresso Nacional composto em sua maioria por homens, é possível afirmar que a idealização das leis é formulada sem a alteridade necessária para com o sexo feminino. Além disso, a crise econômica brasileira, a globalização e o neoliberalismo “justificaram” a flexibilização dos direitos sociais ao trabalho, apresentado com a aprovação da chamada Reforma Trabalhista.

A Constituição de 1988 é considerada um marco para a luta dos direitos sociais das mulheres, pois além de proibir a discriminação entre os sexos, determinou a igualdade entre eles no exercício da sociedade conjugal e assegurou a proteção social ao trabalho da mulher. Todavia, um olhar atento a respeito da divisão sexual do trabalho, do papel da mulher enquanto mãe e das motivações femininas para ingresso ao mercado de trabalho revela que o princípio da isonomia, previsto no artigo 5º da Constituição, não foi plenamente atingido.

O que se constata dia após dia, com a alimentação de um sistema patriarcal que sobrecarrega o sexo feminino de tarefas - seja no trabalho reprodutivo ou trabalho produtivo - , é o fracasso do discurso de que “todos são iguais perante a lei”, sobretudo quando a questão implica um recorte de gênero, raça e classe. O mercado de trabalho é diferente a depender da cor da pele, da condição financeira e do sexo de cada indivíduo, cada uma dessas características resultam em discriminação ou privilégio. Por isso, o gênero analisado de forma isolada não possui a mesma consequência para as mulheres de classe e/ou raça diferentes, pois a discriminação feminina é co-produzida, de maneira articulada e sobreposta, com a marginalização, às mulheres negras e de baixa renda.

A Lei nº 13.476/17, aprovada de maneira apressada, faz parte da onda de flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil presente desde os anos 90, a exemplo da instituição do banco de horas, da regularização das atividades do comércio aos

---

<sup>211</sup> Michelle Obama, advogada e ex- primeira dama dos Estados Unidos.



domingos e feriados, bem como do trabalho a tempo parcial. Porém, a reforma trabalhista chama atenção pela amplitude dessas medidas flexibilizadoras, tanto nas formas de contratação, ou na jornada de trabalho, como também nas condições de trabalho, principalmente no tocante aos direitos que afetam a saúde e segurança no ambiente laboral.

A presente monografia analisou os direitos sociais das mulheres ao trabalho após a reforma trabalhista por meio de três aspectos diferentes: a questão da jornada, as proteções do capítulo “da mulher” e a trabalhadora autônoma. Sobre todos os aspectos, foi observado que a tentativa de conciliar o trabalho produtivo com os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, histórico-culturalmente atribuídos às mulheres, são elementos que dão o tom da realidade laboral feminina.

A divisão sexual do trabalho, que determina o espaço da mulher no âmbito doméstico, permanece quase que inalterada. A modernidade e o ingresso ao mercado de trabalho teve como consequência a dupla jornada feminina. Assim, somente algumas dessas mulheres, àquelas pertencentes aos níveis socioeconômicos mais altos e que pagam para outras mulheres fazerem seu trabalho reprodutivo, possuem a possibilidade de estar no mercado de trabalho a tempo integral. Contudo, ainda que de forma diversa, o gerenciamento do tempo é um verdadeiro desafio para todas elas, pois as tarefas do lar e com os filhos não são distribuídas de maneira igualitária entre os sexos.

Isto posto, a maior parte das mulheres brasileiras compensam a dupla jornada por intermédio de ocupações informais, a tempo parcial ou temporários. Em razão disso, a reforma trabalhista ao elastecer as possibilidades de disposição da duração da jornada laboral atinge o sexo feminino de maneira evidente.

A Reforma Trabalhista é o resultado de um direito ainda masculinizado e com pouca representatividade feminina dentro das casas legislativas. As normas analisadas retratam a falta respeito às questões de gênero, classe e raça no Brasil. Portanto, há uma discriminação indireta relacionada com os direitos da mulher ao trabalho e com a aprovação da nova lei, já que sua aplicação tem um impacto desproporcional se comparado aos homens. Entretanto, essa discriminação indireta representa a manutenção de uma lógica patriarcal que ignora a dupla jornada, a

desproporção entre às tarefas do lar, as peculiaridades da empregada gestante e lactante, entre outras disparidades. Cabe esperar os resultados efetivos sobre a flexibilização da jornada de trabalho, pois, também é coerente afirmar que a Lei nº 13.467/2017, não seja exatamente o instrumento de discriminação, mas ferramenta de manutenção de um sistema preexistente, que condiciona as mulheres à precarização.

Dentro da mesma linha de raciocínio é possível afirmar que a alteração na definição de trabalho autônomo pela CLT pode ocasionar também uma discriminação indireta. A atividade autônoma é, para o sexo feminino, a “saída” tanto para a falta de empregabilidade no mercado formal, que é característico dos momentos de crise econômica, como para a necessidade de compatibilizar a acumulação de atividades em casa.

Por fim, a respeito das regras de proteção à mulher e ao seu trabalho, dispostos no Capítulo III, Título III da CLT, tanto a revogação do artigo 384, como a nova redação para o conjunto do artigo 394-A da CLT e a inserção de novo § 2º no artigo 396 da CLT, representam um retrocesso sob os direitos sociais femininos e são motivos para discriminação. Primeiro, o legislador ao revogar o artigo 384 se sobrepôs ao julgado Recurso Extraordinário 658.312/SC e se fez contrário ao espírito constitucional de 1988, que ratifica medidas diferenciadas para as mulheres quando justificadas na defesa de sua proteção laboral.

Um pontos mais delicados aos direitos fundamentais da mulher, é a possibilidade da mulher grávida trabalhar em locais insalubres em grau médio ou mínimo, essa regra só é afastada com atestado médico. Para a mulher em período de lactação que efetua serviços insalubres, em qualquer grau, também há o condicionamento (obrigatoriedade) à apresentação de atestado, mas nesse caso a lactante pode inclusive trabalhar submetida à agentes insalubres em grau máximo. Há um visível caráter discriminador no art. 394-A da CLT, que confere uma desproteção à maternidade e aos direitos dos infantes. Há um atentado ao direito fundamental à saúde na inserção do dispositivo.

Outro dispositivo de cunho discriminatório é § 2º do artigo 396 da CLT, que relembra o corolário da Lei nº 13.467/17 encontrado na mitigação do princípio da norma mais favorável em prol do princípio do negociado pelo legislado. Segundo a regra, a lactante poderá negociar os horários de descanso para amamentação em

contrato individual com seu empregador, caracterizando, novamente, uma flexibilização de direitos que pode vir a significar uma abusividade por parte do empregador.

Ainda, o novo princípio norteador, princípio do negociado sobre o legislado, é encontrado tanto em negociações coletivas (artigo 611-A) como em acordos individuais para empregados com diploma de ensino superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (artigo 444). Ambos artigos, por si só, fragilizam de modo ímpar os aspectos mais pertinentes à jornada de trabalho e à insalubridade, ou seja, podem ser entendidos como elementos de discriminação indireta.

Em resumo, é preciso lembrar que é necessário que se continue buscando a construção do princípio da igualdade nos diversos campos de gênero, raça e classe. Até que a sociedade seja verdadeiramente livre e igualitária para todas as mulheres, é basilar que o Direito do Trabalho — ao tutelar as relações entre empregado e empregador — respeite os direitos sociais e fundamentais, presentes na Constituição Federal, que são substanciais à dignidade da pessoa humana.

## 6 REFERÊNCIAS:

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.** Vol. 58 no.4. São Paulo Oct./Dec. 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400020](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020)> Acesso em: Acesso 16 Mai.2018.

ABRAMO, Laís. Discriminação e ações afirmativas no Brasil. **Rev. TST**, Brasília, vol. 76, no 4, out/dez 2010. p. 161.

ALBUQUERQUE, Ana Paula Souza de. **A proteção da gestante no ambiente de trabalho insalubre e a aplicação do novo artigo 394-A, da consolidação das leis do trabalho.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62978/a-protecao-da-gestante-no-ambiente-de-trabalho-insalubre-e-a-aplicacao-do-novo-artigo-394-a-da-consolidacao-das-leis-do-trabalho>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. CAVENAGHI, Suzana Marta. CARVALHO, Angela Alves de Carvalho. SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores políticos e Democráticos** / Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar, organizadoras. – 1. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

ANDRADE, Tânia. Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade? Estudo técnico. JULHO/2016. p. 62. Extraído: IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. N° 22. IPEA: Brasília, 2014. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Nota técnica n° 24. IPEA: Brasília, março de 2016. p.12.

ARAUJO, Maurício Azevedo de. DUTRA, Renata Queiroz. JESUS, Selma Cristina Silva de. **Neoliberalismo e Flexibilização da Legislação Trabalhista no Brasil e na França.** Cadernos do CEAS, Salvador/ Recife, n.246, p.558.581, set./dez., 2017 | ISSN 2447-861X

ARESE, César. **As Reformas Trabalhistas do Brasil e da Argentina - Uma batalha clássica** - com Tradução de Luiz Eduardo Gunther. Revista n° 61 - TRT da 9ª Região - Reforma Trabalhista.

ÁVILA, Maria Betânia. FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf). Acesso: 04 Ago. 2017.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. COSTA, Joana Simões de Melo. **Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil.**

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – Ano 23 | Abril 2017. Disponível em : <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7805>. Acesso em: 03 Ago.2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** / Flávia Biroli. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo. 2018.

BOBBIO, Norberto, 1909- **A era dos direitos** / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

BULGACOV, Yara Lucia Mazziotti. CAMARGO, Denise de. CUNHA, Sieglind Kind da Cunha. MEZA, Maria Lucia Meza. SOUZA, Regina Márcia Brolesi Souza. TOLFO, Suzana da Rosa. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia Argumento** 2010 out./dez., 28(63), 337-349. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20309>. Acesso: 10 Jun. 2018.

CAVALCA, Renata Falson. A discriminação contra a mulher e o princípio da isonomia na jurisdição trabalhista constitucional do século XXI. **Revista de Direito Constitucional e Internacional** | vol. 100/2017 | p. 163 - 186 | Mar - Abr / 2017 |DTR\2017\691

CIRINO, Samia Moda. **(Des)Construção Da Identidade De Gênero: Inserção Crítica Ao Sujeito Do Feminismo E O Reconhecimento Do Trabalho Da Mulher**. Curitiba. 2017

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista- materialista**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COLLIN, Françoise. LABORIE, Françoise. Maternidade. s. In: HIRATA, Helena; e outras. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COUTINHO, Aldacy Rachid. **Construção das relações de gênero no mercado de trabalho (uma incursão no Brasil Contemporâneo)**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2014.

CUNHA, José Ricardo. **Fundamentos Axiológicos da Hermenêutica Jurídica**. In: Carlos E. de Abreu Boucalt; José Rodrigo Rodriguez. (Org.). **Hermenêutica Plural**. 1ed.São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**./ Angela Davis: tradução Heci Regina Candiani.- 1. ed.- São paulo: Boitempo, 2006.

**Declaração Universal de Direitos Humanos.** UNIC/ Rio/ 005. Jan. 2009.  
Disponível em:< <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em: 03 Ago.2017.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho** / Maurício Godinho Delgado. - 17.ed.rev.atual. e ampl.- São paulo: LTr, 2018.

DIAS, Maria Berenice. **A mulher no Código Civil.** Disponível em:  
<[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18\\_-\\_a\\_mulher\\_no\\_c%F3digo\\_civil.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf)>.  
Acesso em: 14 Jul.2018.

EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. O trabalhador autônomo na reforma trabalhista e sua compreensão à luz da Constituição Federal. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista** / Coordenadores Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo. – 1.ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2017.

Editoria: Estatísticas Sociais. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. **Agência de Notícias- IBGE.** 07 Mar. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html>> Acesso em 25 Maio. 2018.

Editoria: Estatísticas Sociais. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. **Agência de Notícias- IBGE.** 07 Mar. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem.html>>. Acesso 28 Mai.2018.

Editoria: Estatísticas Sociais. No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. **Agência de Notícias- IBGE.** 10 Abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>>. Acesso em: 14 Set.2018.

Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **IBGE.** Tipo de material: Livro. Ano: 2018 Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticash-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

FÁBIO, André Cabette. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho mundial, em 3 pontos. **Jornal Nexo.** 08 Mar. 2018 (atualizado em 06 Jul. 2018). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/08/A-desigualdade-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho-mundial-em-3-pontos>> Acesso: 30. Mai. 2018.

Falquet. Jules Transformações neoliberais do trabalho das mulheres. Liberação ou novas formas de apropriação? **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena

Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Maria Helena. **A mulher elástico**. Disponível: <  
[http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/uploads/files/ii\\_congresso\\_internacional/mesas\\_redondas/ii\\_con\\_a\\_mulher\\_elastico.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/uploads/files/ii_congresso_internacional/mesas_redondas/ii_con_a_mulher_elastico.pdf) > Acesso em: 23/07/2018.

FERREIRA, Verônica. O novo e o velho na trabalho das mulheres. **Mulher e trabalho : encontro entre feminismo e sindicalismo**. / Carmem Silva: Maria Betânia Ávila: Verônica Ferreira (orgs.) - Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia: São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

FREITAS, Taís Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SOF Sempre Viva Organização Feminista. Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado/ Maria Lúcia Silveira e Taís Viudes de Freitas. São Paulo: SOF, 2007. 96p. (**Coleção Cadernos Sempre Viva**. Série Economia e Feminismo, 1). Disponível em:  
<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/382421/mod\\_resource/content/0/Trab\\_corpo\\_vida-mulheres-.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/382421/mod_resource/content/0/Trab_corpo_vida-mulheres-.pdf)>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

Global Entrepreneurship Monitor – GEM. (2017). **Relatório Executivo 2017: Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP. Disponível em:  
[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf). Acesso em : 05. jun. 2018.

“**Global Gender Gap Report 2017**”. 2017. Disponível em:  
<<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/>>. Acesso em: 15 Fev.2018.

GRANT, Walkiria Helena. A maternidade, o trabalho e a mulher. **An. 3** Col. LEPSI IP/FE-USP 2002. Disponível em:  
<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300008&script=sci\\_arttext&tlng=pt#backX](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300008&script=sci_arttext&tlng=pt#backX)> Acesso em: 18 Mai. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Sociologia e natureza. Classes, raças e sexos. In: **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

HACHEM, Daniel Wunder. Mínimo existencial e direitos fundamentais econômicos e sociais: distinções e pontos de contato à luz da doutrina e jurisprudência brasileiras. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder (Coord.). **Direito público no Mercosul: intervenção estatal, direitos fundamentais e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo : Boitempo, 2002.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**/ Fábio Zambitte Ibrahim.- 20. ed. - Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva, pp. 77-104. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1.

KREUZ, Letícia Regina Camargo. **Crime e pecado : o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/42889>>. Acesso em: 17 Jun.2018.

LAVINAS, LENA. CORDILHA, Ana Carolina. CRUZ, Gabriela Freitas. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil. Rumos da formalização. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais** / organização Alice Rangel Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; tradução Carol de Paula. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. **Cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006. p. 405- 430. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398.pdf>>. Acesso em: 14 Jul.2018.

LYRA FILHO, Roberto. **Razões de defesa do Direito**. Brasília: Obreira, 1981.

MACHADO, Maíra Saurê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres/ **Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira; organizadoras; realização SOS CORPO Instituto Feminista para democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife : SOS Corpo**, 2014. Disponível em: [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro\\_trabalho\\_versaoonline.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf). Acesso: 04 Ago. 2017.

MACHADO, Sidnei. **A noção de subordinação jurídica : uma perspectiva reconstrutiva** / Sidnei Machado. - São Paulo: Lrt, 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. In **Estudos Feministas**, 13(3):320, Florianópolis: setembro-dezembro/2005, p. 483-505. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300002>>. Acesso em: 13 Fev. 2018.

MARIANO, Silvana. Debates Feministas sobre Direito, Justiça e Reconhecimento: uma reflexão a partir do modelo teórico de Nancy Fraser. In **Mediações**, Londrina, v.14, n.2, p.34-51, jul/dez, 2009, p.34-51. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/4506/3784>>. Acesso em 23 fev. 2018.



MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Tradução de Marília Barroso. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena; e outras. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELHADO, Reginaldo. Trabalhador pseudossuficiente: a hipossuficiência do conceito de autonomia da vontade na “reforma trabalhista”. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista** / Coordenadores Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo. – 1.ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3." edição: Editorial Estampa, Setembro de 2005.

Mulheres que têm gravidez tardia vivem mais tempo; IBGE aponta que nascimentos com mães de 30 a 39 anos aumentaram. **O Globo**. 25 nov. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/mulheres-que-tem-gravidez-tardia-vivem-mais-tempo-ibge-aponta-que-nascimentos-com-maes-de-30-39-anos-aumentaram-20537686>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

NOGAMI, V. K. C.; MEDEIROS, J.; FAIA, V. S. Análise da evolução da atividade empreendedora no Brasil de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) entre os anos de 2000 e 2013. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n. 3, p. 31-76, 2014.

PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na Constituição do Sistema Fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios de direito do trabalho**; tradução de Wagner D. Giglio. – 3. ed. atual. – São Paulo: LTr, 2000.

**Relatório da Desigualdade Global de Gênero 2017**. <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/dataexplorer/#economy=BRA>. Acesso em: 15/02/2018.

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**/ Sadi Dal Rosso.- 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2017.

SALGADO, Eneida Desiree. **Lei de acesso à informação (LAI): comentários à Lei de nº 12.527/2011 e ao Decreto nº 7.724/2012**. - São Paulo: Atlas 2015. -- (Coleção direito administrativo positivo; v.33 / Irene Patrícia Nohara, Marco Antonio Praxedes de Moraes Filho, coordenadores).

SEVERO, Valdete Souto. A Hermenêutica Trabalhista e o princípio do direito do trabalho. **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista** / Coordenadores Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo. – 1.ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SILVA, Anastácia. Reforma trabalhista piora situação da mulher negra no mercado de trabalho. **Brasil de Fato** | Rio de Janeiro (RJ), 22 de Abril de 2017 . Disponível

em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/22/reforma-trabalhista-piora-situacao-da-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso 16 Mai.2018.

SILVA, Carmem. Raízes das desigualdades. **Mulher e trabalho : encontro entre feminismo e sindicalismo**. / Carmem Silva; Maria Betânia Ávila; Verônica Ferreira (orgs.) - Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia: São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

SILVEIRA, Daniel. Brasil tem mais de 207 milhões de habitantes, segundo IBGE. **G1**. 30 Ago 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-mais-de-207-milhoes-de-habitantes-segundo-ibge.ghtml>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.  
BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. I. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

SMART, Carol. **La teoría feminista y el discurso jurídico**. In: **BIRGIN, Haydée (comp.). El derecho en género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros : nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed rev. e ampl. / Jessé Souza ; colaboradores Brand Arenari... [et al.]. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012. 404 p. – (Humanitas).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho feminino e capitalismo. In Perspectivas. **Revista de Ciências Sociais**. Universidade Estadual Paulista. v. 1. 1976, p. 119-163. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1488/1192>>. Acesso em 2 Abr.2018.

SARMENTO, Daniel. Constitucional e igualdade étnico - racial. In: PIOVESAN, Flávia Souza, Douglas Martins de (coord.). **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. Brasil: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, 2006.

TRINDADE, Rodrigo. **Conveniência, legitimidade e oportunidade da reforma trabalhista**. ANAMATRA: Associação dos magistrados da Justiça do Trabalho. Disponível em: <[goo.gl/z56dwW](http://goo.gl/z56dwW)>. Acesso em: 12.agosto. 2017.

ZANLORENSSI, Gabriel. ALMEIDA, Rodolfo. As horas de trabalho doméstico de homens e mulheres do Brasil. **Nexo Jornal**. 30 Abr. 2018. Disponível em: <[https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil?utm\\_campaign=Echobox&utm\\_medium=Social&utm\\_source=Facebook#link\\_tme=1525108977](https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#link_tme=1525108977)> Acesso em: 18 Mai. 2018.

ZANLORENSSI, Gabriel. ALMEIDA, Rodolfo. Qual o gênero e a idade de mestres e doutores no Brasil. **Nexo Jornal**. 23 Mai 2018 (atualizado 26 Jul.2018). Disponível

em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-q%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>>. Acesso em: 28 Jun 2018.